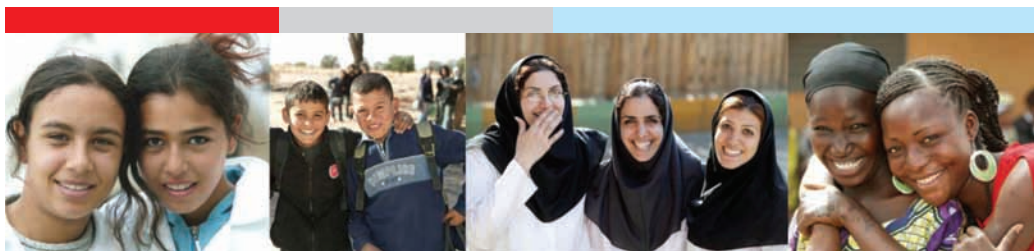


Plano Operacional para a Matriz de Resultados do UNAIDS/ONUSIDA:

Focalizando Mulheres, Meninas, Igualdade de Gênero e HIV/VIH



Versão em Português: Tradução e Revisão: UNAIDS/ONUSIDA Brasil, Janeiro de 2010.

@ Joint the United Nations Programme on HIV/AIDS (UNAIDS) 2010.

Programa Conjunto das Nações Unidas sobre HIV/Aids (UNAIDS/ONUSIDA)

AGRADECIMENTOS

Os Co-Presidentes agradecem a todos os indivíduos, governos e organizações da Força Tarefa Global sobre Mulheres, Meninas, Igualdade de Gênero e HIV/VIH e os três Grupos de Trabalho, cuja dedicação, apoio e perícia viabilizaram o presente Plano Operacional para a Matriz de Resultados do UNAIDS/ONUSIDA: Focalizando Mulheres, Meninas, Igualdade de Gênero e HIV/VIH.

Gostaríamos de mencionar, em particular os papéis proeminentes desempenhados pelos Coordenadores do Grupo de Trabalho - Zonibel Woods, da Fundação Ford, Claudia Ahumada, da Campanha Mundial de Aids/SIDA, Khadija Moalla, do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e Francoise Ndayishimiye, do Fundo Global de Combate à Aids/SIDA, Tuberculose e Malária.

Os Co-Presidentes reconhecem o extraordinário trabalho realizado pelo secretariado da Força Tarefa Global, estabelecida no escritório do Secretariado do UNAIDS/ONUSIDA, liderada com competência por Jantine Jacobi, com o forte apoio de Mathew Cogan e Kreena Govender e a excelente assistência administrativa de Lourdes Canale, Angelo Mendoza, Joyce Kuku e Patricia Zanni. Agradecemos também as contribuições de Kristan Schoultz, Jessie Schutt-Aine, Kent Buse e Lon Rahn do Secretariado do UNAIDS/ONUSIDA.

UNAIDS/ONUSIDA – 20 avenue Appia – 1211 Geneva 27 – Suíça
Telefone: (+41) 22 791 36 66 – Fax: (+41) 22 791 48 35
E-mail: distribution@unaids.org – Internet: <http://www.unaids.org>

UNAIDS/ONUSIDA – Brasil – EQSW 103/104 Lote 1 Bloco C
2º Andar – Setor Sudoeste – 70670-350 – Brasília – DF
E-mail: Brazil@unaids.org

O presente *Plano Operacional* (2010-2014) apoia a implementação da *Matriz de Resultados do UNAIDS/ONUSIDA Focalizando Mulheres, Meninas, Igualdade de Gênero e HIV/VIH*¹. A Matriz de Resultados foi desenvolvida para atender à demanda urgente de tratar da desigualdade de gênero e das violações de direitos humanos persistentes que colocam as mulheres e meninas em uma situação de maior risco e vulnerabilidade ao HIV/VIH e ameaçam os avanços realizados na prevenção da transmissão do HIV/VIH e na ampliação do acesso ao tratamento com antirretrovirais. A Matriz de Resultados está focada em ações em três áreas onde UNAIDS/ONUSIDA² e UNIFEM podem contribuir de uma forma específica e única.

- ▶ Fortalecimento da orientação e do apoio estratégico aos parceiros nacionais para “conhecerem suas epidemias e a resposta”, no intuito de atender com eficácia as necessidades de mulheres e meninas.
- ▶ Assistência aos países para garantir que as estratégias de HIV/VIH e desenvolvimento, os planos operacionais, os sistemas de monitoramento e avaliação e orçamentos nacionais associados atendam as necessidades e direitos de mulheres e meninas no âmbito do HIV/VIH.
- ▶ Advocacy, fortalecimento da capacidade e mobilização de recursos para fornecer um conjunto abrangente de medidas para tratar das necessidades e direitos de mulheres e meninas no contexto do HIV/VIH.

O Plano Operacional foi desenvolvido a partir de um amplo processo consultivo conduzido pela *Força Tarefa Global sobre Mulheres, Meninas, Igualdade de Gênero e HIV/VIH*, liderada pela Professora Sheila Tlou, ex-ministra da Saúde de Botsuana, e Michel Sidibé, Diretor Executivo do UNAIDS/ONUSIDA, conforme solicitado durante a 24ª Reunião da Junta de Coordenação de Programa do UNAIDS/ONUSIDA³. A Força Tarefa Global e seus três grupos de trabalho incluíram líderes e especialistas de alto nível sobre os assuntos de mulheres, meninas, igualdade de gênero e HIV/VIH, oriundos de 51 países e diferentes círculos, representando grupos da sociedade civil, organizações de direitos das mulheres e redes de mulheres vivendo com HIV/VIH, governos, academia e sistema das Nações Unidas.

De acordo com o Matriz de Resultados do UNAIDS/ONUSIDA, o Plano Operacional está fundamentado em uma ampla abordagem sobre direitos humanos e reflete uma série de princípios, que incluem: participação, respostas baseadas em evidências, adaptadas às necessidades locais e éticas, parceria, o envolvimento de meninos e homens, liderança, multisetorialidade e transparência. O Plano Operacional alavanca um momentum político crescente para mudanças positivas para as vidas das mulheres e das meninas. O Plano Operacional chega em um momento oportuno de uma série de iniciativas recentes que refletem o compromisso passado e presente com esse tema e respondem à crescente mobilização de grupos de mulheres que cobram a prestação de contas por esses compromissos e a necessidade de se garantir a coerência.

O Plano Operacional focaliza ações em âmbito local, aproveitando o papel das Equipes Conjuntas das Nações Unidas sobre AIDS/SIDA e promovendo a liderança nacional. O Plano Operacional apoia a Reforma das Nações Unidas para uma resposta mais coerente e efetiva das Nações Unidas,

¹ Aqui simplesmente denominado “Matriz de Resultados do UNAIDS/ONUSIDA”.

² Neste documento, salvo indicação contrária, “UNAIDS/ONUSIDA” refere-se às 10 organizações Co-patrocinadoras e ao Secretariado.

³ Decisão 12.4 da 24ª Reunião da Junta de Coordenação de Programa do UNAIDS/ONUSIDA http://data.unaids.org/pub/InformationNote/2009/20090603_pcb_24_decisions_en.pdf

inclusive nos países pilotos da iniciativa “Delivering as One” (ou “Atuação Unificada das Nações Unidas”)⁴.

O Plano Operacional trata dos direitos e das necessidades das mulheres e meninas e destaca as oportunidades de trabalhar com as redes de mulheres vivendo com HIV/VIH e diversos grupos de mulheres, ao mesmo tempo em que são envolvidos homens e meninos, particularmente os que trabalham pela igualdade de gênero. O UNAIDS/ONUSIDA procurará a colaboração de parceiros globais que estiverem interessados em avançar na agenda sobre mulheres, meninas e igualdade de gênero no âmbito do HIV/VIH, particularmente com o Plano de Emergência do Presidente dos EUA para Combate à Aids/SIDA (PEPFAR) e o Fundo Global de Combate à Aids/SIDA, Tuberculose e Malária no intuito de viabilizar os recursos e buscar a eficiência em sua utilização.

Ainda que cada país seja convidado a identificar as ações relevantes para seu contexto específico, existem algumas estratégias comuns que podem alcançar resultados nas metas de acesso universal e nos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio. Essas podem incluir o empoderamento da liderança de mulheres e meninas, especialmente mulheres e meninas vivendo com HIV/VIH, o acesso a serviços integrados de HIV/VIH e saúde sexual e reprodutiva, o enfrentamento da violência contra mulheres e meninas e a atenção às necessidades de mulheres e meninas marginalizadas. Espera-se que os países que enfrentam várias epidemias estejam igualmente empenhados, de modo que as lições possam ser aprendidas a partir de uma variedade de contextos.

De acordo com a *Matriz de Resultados do UNAIDS/ONUSIDA*, o Plano Operacional está estruturado em torno de três questões identificadas pela Força Tarefa Global como sendo cruciais para a superação dos obstáculos que impedem o alcance de grandes avanços em temas relativos às mulheres, meninas, à igualdade de gênero e HIV/VIH. Conforme descrito abaixo, cada *questão* é acompanhada por uma *recomendação*, uma *série de resultados* e *ações* correspondentes, bem como as partes responsáveis por promover esses resultados – inclusive a família UNAIDS/ONUSIDA, os Co-Patrocinadores individualmente, o Secretariado, as Equipes Conjuntas das Nações Unidas sobre Aids/SIDA, o UNIFEM e outros parceiros, e a elaboração do papel que a futura agência das Nações Unidas a ser estabelecida para as mulheres desempenhará. As 26 ações concretas e executáveis visam ser catalíticas em sua natureza, gerando sinergias entre as respostas à aids/SIDA e trabalhando em prol dos direitos humanos de mulheres e meninas, da igualdade de gênero e também aproveitando as riquezas, a perícia e a diversidade dos movimentos de mulheres. O Plano Operacional focaliza oportunidades estratégicas, como, por exemplo, a revisão do marco de assistência para o desenvolvimento das Nações Unidas ou o desenvolvimento de um novo plano estratégico para HIV/VIH para facilitar sua implementação.

⁴ Albânia, Cabo Verde, Moçambique, Paquistão, Ruanda, Tanzânia, Uruguai e Vietnã.

Questão: Conhecer, entender e responder aos específicos e variados efeitos da epidemia de HIV/VIH em mulheres e meninas.

- ▶ **Recomendação:** Gerar conjuntamente melhores evidências e maior conhecimento sobre as necessidades específicas de mulheres e meninas no contexto do HIV/VIH e garantir respostas nacionais priorizadas e sob medida para a aids/SIDA que protejam e promovam os direitos de mulheres e meninas (conhecendo sua epidemia e sua resposta).

Resultados:

- Evidências quantitativas e qualitativas sobre necessidades, riscos e impactos específicos em mulheres e meninas no contexto do HIV/VIH são estabelecidas a partir de um processo de coleta de dados abrangente e participativo, que inclui os diferenciais entre homens e mulheres na epidemia, e informam melhor sobre a implementação de políticas e programas efetivos que promovem e defendem os direitos e atendem as demandas de mulheres e meninas.
- Indicadores de igualdade de gênero harmonizados são utilizados para uma melhor identificação dos fatores socioculturais, econômicos e epidemiológicos que contribuem para o risco e para a vulnerabilidade de mulheres e meninas HIV/VIH.
- Políticas, programas e alocação de recursos informados a partir de evidências que atendem às necessidades de mulheres e meninas estão implantados em âmbito local.

Questão: Traduzir compromissos políticos em ações intensificadas que atendam aos direitos e necessidades de mulheres e meninas no contexto do HIV/VIH.

- ▶ **Recomendação:** Reforçar a tradução dos compromissos políticos em ações e recursos intensificados para políticas e programas que atendam aos direitos e necessidades de mulheres e meninas no âmbito do HIV, com o apoio de todos os parceiros relevantes nos níveis global, nacional e comunitário.

Resultados:

- Maior transparência dos governos para passar dos compromissos com os direitos das mulheres e com a igualdade de gênero para resultados, para respostas mais efetivas à aids/SIDA.
- Todas as formas de violência contra mulheres e meninas reconhecidas como violações dos direitos humanos e são enfrentadas no âmbito do HIV/VIH.
- Mulheres e meninas têm acesso universal a serviços integrados e multisetoriais para o HIV/VIH, tuberculose e saúde sexual e reprodutiva, incluindo serviços que atendem mulheres vítimas de violência.
- Esforços de prevenção do HIV/VIH fortalecidos para mulheres e meninas por meio da proteção e promoção dos direitos humanos e de uma ampliação na igualdade de gênero.

Questão: Um ambiente que favoreça o cumprimento dos direitos humanos de mulheres e meninas e seu empoderamento, no contexto do HIV/VIH.

- ▶ **Recomendações:** Liderar mobilização por ambientes favoráveis à promoção e proteção dos direitos humanos de mulheres e meninas e seu empoderamento, no contexto do HIV/VIH, por meio de mais ações de advocacy, ampliação de capacidades e alocação adequada de recursos.

Resultados:

- Mulheres e meninas empoderadas para dirigir a transformação de normas sociais e de dinâmicas de poder, com o envolvimento de homens e meninos atuando pela igualdade de gênero, no contexto do HIV/VIH.
- Liderança forte, corajosa e diversa para mulheres e meninas e pela igualdade de gênero em respostas fortalecidas ao HIV/VIH.
- Recursos financeiros ampliados para mulheres, meninas e igualdade de gênero no contexto do HIV/VIH.
- UNAIDS/ONUSIDA responsivo às questões de gênero.

ÍNDICE

AGRADECIMENTOS.....	ii
ÍNDICE.....	vi
CONTEXTO E QUESTÕES	1
Princípios	3
RECOMENDAÇÕES	5
Conhecer, entender e responder aos específicos e variados efeitos da epidemia de HIV/VIH em mulheres e meninas	5
Traduzir compromissos políticos em ações intensificadas que atendam aos direitos e necessidades de mulheres e meninas no contexto do HIV/VIH.	8
Um ambiente que favoreça o cumprimento dos direitos humanos de mulheres e meninas e seu empoderamento, no contexto do HIV/VIH.	12
PRESTAÇÃO DE CONTAS E PRÓXIMOS PASSOS	18
Prestação de contas e Relatórios para o Plano Operacional	18
Próximos passos.....	19
PARTICIPANTES.....	20
ANEXO.....	22
Força Tarefa Global sobre Mulheres, Meninas, Igualdade de Gênero e HIV/VIH.....	22
Aceleração da ação global para mulheres e meninas no contexto da aids/SIDA... 22	
1. Fortalecimento da orientação e do apoio estratégico aos parceiros nacionais para “conhecerem suas epidemias e a resposta”, no intuito de atender com eficácia as necessidades de mulheres e meninas.	22
2. Assistência aos países para garantir que as estratégias de HIV/VIH e desenvolvimento, os planos operacionais, os sistemas de monitoramento e avaliação e orçamentos nacionais associados atendam as necessidades e direitos de mulheres e meninas no âmbito do HIV/VIH.....	23
3. Advocacy, fortalecimento da capacidade e mobilização de recursos para fornecer um conjunto abrangente de medidas para tratar das necessidades e direitos de mulheres e meninas no contexto do HIV/VIH.	23
Um processo com prazo reduzido para resultados.....	23
Recomendações para uma mudança positiva.....	24
Eventos-chave no processo da Força Tarefa Global	24

CONTEXTO E QUESTÕES

Com quase 30 anos de história de HIV/VIH, persistentes desigualdades de gênero e violações dos direitos humanos que colocam mulheres e meninas em maior risco e vulnerabilidade ao HIV/VIH continuam a dificultar o progresso e ameaçam os ganhos alcançados na prevenção da transmissão do HIV/VIH e na ampliação do acesso ao tratamento antirretroviral. Além da suscetibilidade biológica de mulheres e meninas para o HIV/VIH, elas também enfrentam muitos desafios socioculturais, econômicos e legais que agravam sua vulnerabilidade ao HIV/VIH. As jovens e as meninas são particularmente suscetíveis ao HIV/VIH e correm maior risco de sofrer violações de direitos humanos. A ampla discriminação, injustiça e brutalidade contra as mulheres e meninas manifestase por meio de sua exclusão de processos de tomada de decisão, pelos níveis de violência contra mulheres e meninas em patamares epidêmicos e pela impunidade dos crimes cometidos contra elas. A epidemia do HIV/VIH exacerba esses agravos, tornando mulheres e meninas ainda mais vulneráveis às violações de seus direitos humanos e comprometendo a sociedade como um todo.

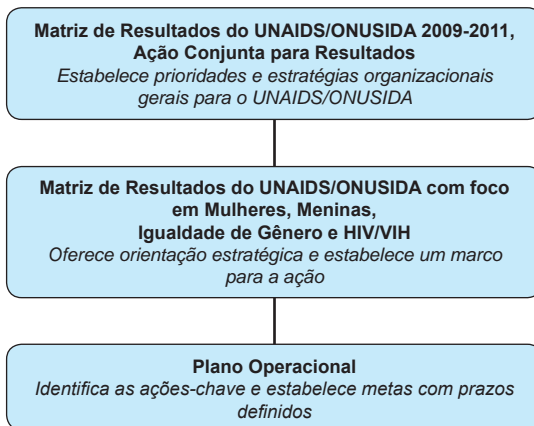
Em um contexto mais amplo, os efeitos da epidemia em mulheres e meninas se entrecruzam com desafios globais urgentes, como, por exemplo, as mudanças climáticas, a insegurança alimentar, a instabilidade econômica e os conflitos. As questões socioeconômicas interagem com a epidemia do HIV/VIH de forma complexa. Por exemplo, mantêm-se investimentos em infraestruturas que resultam em uma afluência de mão-de-obra masculina e uma migração de mulheres que buscam oportunidades de sustento, ampliando assim o risco de transmissão do HIV/VIH, particularmente em situações onde há um acesso limitado a serviços de saúde para trabalhadores migrantes. A urbanização, o planejamento e o projeto urbano deficientes, os assentamentos informais e a falta de acesso à moradia influenciam o grau de insegurança de mulheres e meninas e criam condições que as colocam em maior risco ao HIV/VIH e limitam seu acesso a serviços públicos. Também, a migração e o deslocamento forçados colocam mulheres e meninas em risco de serem privadas dos valiosos serviços de HIV/VIH e de saúde reprodutiva e podem muito provavelmente interromper o seu acesso ao tratamento. A resposta à aids/SIDA precisa antecipar e atender às complexas vulnerabilidades ao HIV/VIH de mulheres e meninas por meio de abordagens multisetoriais para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio.

Os países realizaram vários compromissos globais e regionais para tratar das necessidades e direitos de mulheres e meninas, como parte de respostas efetivas ao HIV/VIH, dentro do contexto mais amplo da Carta das Nações Unidas (1945) e da Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948). Os acordos internacionais que versam sobre as questões relacionadas a mulheres, à igualdade de gênero, saúde e direitos humanos incluem a Declaração e o Programa de Ação de Viena (Conferência Mundial sobre Direitos Humanos, 1993), o Programa de Ação da Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento (1994) e a Declaração e Plataforma de Ação de Beijing (1995), bem como ferramentas internacionais de direitos humanos e pactos e convenções regionais como a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres (CEDAW, 1979) e seu Protocolo Opcional de 1999, e o Protocolo da Carta Africana dos Direitos Humanos e dos Povos sobre os Direitos das Mulheres na África (2005). Os países se comprometeram também a intensificar as respostas à aids/SIDA e às mulheres, por meio da Declaração de Compromisso sobre HIV/Aids (2001) e a Declaração Política sobre HIV/Aids (2006), a Declaração do Milênio das Nações Unidas e os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (2000). Ao reconhecer a necessidade de se ampliar a alocação de recursos e construção de capacidades, esses compromissos fornecem uma base sólida para uma resposta multisetorial fortalecida para mulheres, meninas e pela igualdade de gênero ao criar ambientes favoráveis para a garantia dos direitos humanos das mulheres e atender às necessidades de mulheres vivendo com HIV/VIH, bem como possibilitar um firme foco em abordagens abrangentes de prevenção do HIV/VIH, de saúde sexual e reprodutiva e de combate à violência contra as mulheres.

Apesar desses significativos compromissos de promoção e defesa dos direitos humanos de mulheres e meninas, a epidemia de HIV/VIH continua a apresentar uma brecha entre a retórica e a realidade. A resposta à aids/SIDA pode servir de elemento catalisador e trazer à tona transformações

socioculturais, políticas e legais para promover, defender e cumprir os direitos de mulheres e meninas. Ao combinar os direitos humanos e a igualdade de gênero na resposta global à aids/SIDA, pode-se fazer com que mulheres e meninas não apenas tenham o conhecimento e o poder para se protegerem, mas também tomar o seu lugar legítimo e igualitário de mobilizadoras, líderes e formuladoras de políticas que impulsionam mudanças.

A resposta à aids/SIDA precisa antecipar e enfrentar as vulnerabilidades de mulheres e meninas ao HIV/VIH em contexto global e social mais amplo para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio. Para esse fim, o UNAIDS/ONUSIDA se comprometeu, por meio de sua Matriz de Resultados 2009-2011 a “fazer com que a resposta à aids/SIDA seja uma porta de entrada para contribuir com esforços pela redução da violência doméstica e sexual e a desenvolver respostas abrangentes à violência baseada em gênero e prevenção ao HIV/VIH no âmbito do setor de saúde e para além deste”⁵.



O Plano Operacional para o Matriz de Resultados do UNAIDS/ONUSIDA utiliza um crescente momentum político para mudanças positivas nas vidas de mulheres e meninas, conforme demonstrado pela decisão recente de se estabelecer uma agência das Nações Unidas para as mulheres⁶. A campanha “UNiTE” do Secretário-Geral das Nações Unidas para acabar com a violência contra as mulheres, e a parceria múltipla da Iniciativa Global Clinton para enfrentar a violência sexual contra meninas apresentam oportunidades poderosas para fazer a diferença nas vidas de mulheres e meninas. Além disso, a Matriz de Resultados do UNAIDS/ONUSIDA compromete-se a orientar futuros investimentos na resposta à aids/SIDA pela promoção dos direitos humanos e da igualdade de gênero. De fato, embora o Plano Operacional apresente uma demanda por mais recursos financeiros, muito pode ser alcançado por meio do uso da vontade e do compromisso políticos, como, por exemplo, garantindo o envolvimento de mulheres em processos de tomada de decisão em todos os níveis. Para tanto, a riqueza, força, expertise e diversidade dos movimentos de mulheres representam recursos crucial para a ampliação da resposta à aids/SIDA em âmbitos global, regional e nacional. Nesse contexto, o Plano Operacional para o Matriz de Resultados do UNAIDS/ONUSIDA visa unir o trabalho pelos direitos humanos de mulheres e meninas à resposta global à aids/SIDA.

⁵ Ação Conjunta para Resultados: Matriz de Resultados do UNA DS/ONUSIDA 2009-2011 http://data.unaids.org/pub/Report/2009/jc1713_joint_action_en.pdf

⁶ Quando a nova agência das Nações Unidas para as mulheres estiver acordada entre os Estados Membros das Nações Unidas, todas as referências ao UNIFEM neste Plano Operacional reverterão à nova agência.

Embora as Nações Unidas ofereçam um instrumento para levar adiante esta agenda política e estratégica, essa missão só poderá ter êxito com parcerias estratégicas chave, pelo envolvimento de novos aliados em todos os níveis de governo e da sociedade civil. Sendo assim, o Plano Operacional almeja mobilizar todos os atores, a começar pelo UNAIDS/ONUSIDA e pelo UNIFEM, para ações estratégicas por meio de um maior compromisso político, capacidades e fortalecidas e mais recursos. O progresso em âmbito local só será possível por meio de um processo de inclusão facilitado pelas Equipes Conjuntas das Nações Unidas sobre Aids/SIDA⁷, pelo engajamento de governos nacionais, doadores e organizações da sociedade civil de todos os níveis, incluindo redes de mulheres vivendo com HIV/VIH e grupos de mulheres, como parceiros essenciais. UNAIDS/ONUSIDA e UNIFEM oferecerão suas contribuições específicas e únicas para a causa das mulheres, meninas, pela igualdade de gênero e pelo HIV/VIH e implementarão o Plano Operacional por meio de uma abordagem coordenada e oferta fortalecida de apoio técnico, de acordo com a divisão de trabalho para o apoio técnico do UNAIDS/ONUSIDA e o plano estratégico para 2008-2011 do UNIFEM.

Princípios

O presente Plano Operacional está fundamentado em seis princípios transversais:

Abordagem baseada em direitos humanos. A discriminação e as violações dos direitos humanos influenciam a disseminação do HIV/VIH e o acesso das mulheres à atenção e ao tratamento. Portanto, a resposta ao HIV/VIH deve basear-se e inspirar-se no total respeito dos direitos humanos para todos e na maior igualdade de gênero.⁸ O Plano Operacional tem como eixo a necessidade de se investir e se prestar contas sobre a proteção e a promoção dos direitos das mulheres e meninas e de atender suas necessidades nos vários tipos de epidemias. Por conseguinte, as recomendações se baseiam nos compromissos globais e regionais de direitos humanos, mencionados acima.

Participação. A implementação exitosa do Plano Operacional depende da participação significativa e igualitária de mulheres e meninas, incluindo mulheres vivendo com HIV/VIH, pelo reconhecimento de suas contribuições, experiências e expertise. As ações do Plano Operacional são inclusivas e atendem a mulheres de todas as idades e condições, incluindo as que foram tradicionalmente marginalizadas: mulheres e meninas vivendo com HIV/VIH; profissionais do sexo; mulheres de diversas orientações sexuais e identidades de gênero; mulheres e meninas portadoras de deficiências; mulheres e meninas que usam drogas ou têm parceiros usuários de drogas; mulheres migrantes; refugiadas, deslocadas internamente ou em busca de asilo; minorias raciais e étnicas; mulheres em prisões; mulheres vivendo em áreas de conflito ou pós-conflito, entre outras. A participação significativa exige a alocação de recursos específicos e capacidades institucionais fortalecidas, além de um compromisso com os princípios por um Maior Envolvimento de Pessoas vivendo com HIV/Aids⁹.

⁷ Entende-se que as Equipes Conjuntas da ONU sobre Aids/SIDA incluem os co-patrocinadores do UNAIDS/ONUSIDA e o Secretariado, bem como o UNIFEM e outras organizações do Sistema das Nações Unidas presentes no país.

⁸ As abordagens ao HIV/VIH baseadas em direitos buscam empoderar os sujeitos de direitos (comunidades vulneráveis e afetadas) para reivindicar seus direitos e aqueles que tem a obrigação de realizá-los (governos e comunidade internacional) para que protejam e implementem os direitos no contexto das respostas ao HIV/VIH; buscam garantir que as estruturas, processos, políticas e programas relacionados ao HIV/VIH sejam implementados de forma a apoiar os princípios dos direitos humanos: não-discriminação, inclusão/participação, prestação de contas, responsabilidade e transparência; buscam garantir que estruturas, processos, políticas e programas relacionados ao HIV/VIH promovam a proteção e realização dos padrões de direitos humanos; buscam garantir que estruturas, processos, políticas e programas relacionados ao HIV/VIH incluam financiamento e apoio apropriados para atender os elementos condutores da epidemia e as vulnerabilidades individuais e comunitárias relacionadas a direitos (GRUPO DE REFERÊNCIA DO UNAIDS/ONUSIDA SOBRE HIV/VIH E DIREITOS HUMANOS).

⁹ Em 1994, durante a Cúpula de Paris sobre a Aids/SIDA, acordou-se que o Maior Envolvimento de Pessoas vivendo com HIV/Aids (GIPA) era um princípio crucial para respostas nacionais éticas e efetivas à epidemia.

Respostas baseadas em evidência e éticas. O Plano Operacional reconhece que a epidemia do HIV/VIH impacta de uma forma diferente em mulheres e meninas e homens e meninos, e que a resposta à aids/SIDA precisa reconhecer os vários contextos epidemiológicos, econômicos, sociais, culturais e políticos. A resposta à aids/SIDA precisa ser baseada em evidências e específica ao contexto. As ações realizadas sob esse Plano Operacional não causarão danos a nenhuma mulher ou menina e reconhecerão as suas diversidades e respeitarão o seu direito de participação. Portanto, todas as pesquisas realizadas deverão ser éticas e orientadas para programas e envolver mulheres e meninas em todas a sua diversidade em cada etapa, do desenho à implementação e ao monitoramento e avaliação.

Parceria. O UNAIDS/ONUSIDA reconhece a importância da parceria com atores relevantes para uma bem sucedida implementação do Plano Operacional. Está, portanto, comprometido a construir pontes entre a sociedade civil, em particular organizações pelos direitos das mulheres e organizações sobre HIV/VIH; organizações de direitos humanos; organizações baseadas na fé; adolescentes e jovens; organizações de homens e meninos, particularmente aquelas que trabalham pela igualdade de gênero; líderes tradicionais, governos, doadores e organizações das Nações Unidas. O UNAIDS/ONUSIDA está igualmente comprometido a trabalhar com governos nacionais para apoiar todos os ministérios relevantes e outros atores para conjuntamente agirem em prol da igualdade de gênero e pelo empoderamento de mulheres e meninas, os quais atenderão, de uma maneira abrangente, os determinantes de suas vulnerabilidades ao HIV/VIH.

Engajando homens e meninos. O Plano Operacional reconhece que as visões tradicionais e estereotipadas de mulheres e homens e meninas e meninos – e as relações entre eles – que projetam o sexo feminino como subordinado e o sexo masculino como superior impedem uma resposta eficaz à aids/SIDA. Portanto, o engajamento de homens e meninos na implementação do presente Plano Operacional é crucial. Os homens devem trabalhar em conjunto com as mulheres para a igualdade de gênero, devem questionar-se sobre as definições danosas sobre a masculinidade e acabar com todos os tipos de violência contra mulheres e meninas. A responsabilidade dos homens para com as crianças e o cuidado de suas famílias é um elemento chave para o trabalho de prevenção ao HIV/VIH, assim como seu envolvimento na mitigação dos efeitos da epidemia. A mudança de atitudes e comportamentos de homens e meninos, bem como da desigualdade de poder entre homens e mulheres, são essenciais na prevenção do HIV/VIH em mulheres e meninas.

Liderança sólida e corajosa. O Plano Operacional depende de uma liderança política corajosa pelos direitos de mulheres e meninas. Os líderes internacionais, regionais e nacionais devem desafiar as estruturas atuais de pensamento, tornar a igualdade de gênero um elemento central da resposta à aids/SIDA e alocar recursos adequadamente. O UNAIDS/ONUSIDA demonstrará, por meio da implementação do presente Plano Operacional, um forte compromisso institucional para com a liderança das mulheres na resposta à aids/SIDA e fortalecerá sua própria capacidade para trabalhar no sentido de alcançar um mundo mais justo e equitativo para mulheres e meninas.

Esses princípios orientarão a implementação do Plano Operacional, utilizando abordagens multi-setoriais e específicas aos contextos locais. Ao reconhecer a complexa interação entre igualdade de gênero, direitos humanos e HIV/VIH, a Força Tarefa Global identificou três questões gerais, descritas abaixo, alinhadas com a Matriz de Resultados do UNAIDS/ONUSIDA. Estas questões serão apresentadas mais detalhadamente na próxima seção.

Questões abordadas pelo Plano Operacional

- ▶ Conhecer, entender e responder aos específicos e variados efeitos da epidemia de HIV/VIH em mulheres e meninas.
- ▶ Traduzir compromissos políticos em ações intensificadas que atendam aos direitos e necessidades de mulheres e meninas no contexto do HIV/VIH.
- ▶ Um ambiente que favoreça o cumprimento dos direitos humanos de mulheres e meninas e seu empoderamento, no contexto do HIV/VIH.

Conhecer, entender e responder aos específicos e variados efeitos da epidemia de HIV/VIH em mulheres e meninas

Globalmente, as mulheres somam 50% de todas as pessoas vivendo com HIV/VIH, e 60% das pessoas vivendo com HIV/VIH na África Subsaariana. No Caribe, jovens mulheres estão 2,5 vezes mais predispostas a serem infectadas pelo HIV/VIH do que os homens. A maior vulnerabilidade de mulheres e meninas à infecção pelo HIV/VIH origina-se da biologia e de fatores sociais, econômicos, legais e culturais, como, por exemplo, papéis de gênero arraigados, relações de poder desequilibradas, o ônus desproporcional da atenção à aids/SIDA e a ocorrência – e aceitação pela sociedade – da violência contra a mulher, incluindo coerção sexual. Além disso, a insustentável urbanização e as precárias condições de vida em favelas urbanas e assentamentos informais aumentam o impacto e a vulnerabilidade de mulheres e meninas ao HIV/VIH. Essas questões não somente limitam a autonomia de mulheres e meninas para protegerem do HIV/VIH, como também impede o acesso a serviços e até a capacidade de mulheres e meninas de exercerem seus direitos humanos.

Mulheres adultas, jovens e meninas são vulneráveis em muitos contextos, tanto nas epidemias generalizadas como nas concentradas. O entendimento do impacto único do HIV/VIH em mulheres e meninas requer dados e informações qualitativos e quantitativos, bem como de uma série de indicadores sólidos, que capturem as nuances e complexidades das formas como a epidemia de HIV/VIH afeta mulheres e meninas diferentemente nas várias etapas de suas vidas e em uma série de situações. Este conhecimento é necessário para respostas efetivas à aids/SIDA. Há, contudo, uma lacuna de capacidade em âmbitos global, regional e local para coletar e analisar dados e integrar de uma forma efetiva e sustentável as atividades para mulheres, meninas, igualdade de gênero nos programas de HIV/VIH. Além disso, muitos grupos de mulheres e meninas necessitam de mais capacitação para utilizar dados para contribuir com uma maior conscientização e compreensão da vulnerabilidade de mulheres e meninas ao HIV/VIH. Isso não deveria impedir os gestores e implementadores de utilizarem os dados que já estão disponíveis para melhor enfrentar e efetivamente mitigar a vulnerabilidade de mulheres e meninas ao HIV/VIH.

Os esforços para a promoção da igualdade de gênero raramente são rastreados de modo a tornar possível a prestação de contas. Um orçamento responsivo às questões de gênero pode ajudar os países na priorização de recursos e no monitoramento de programas, no rastreamento transversal de fundos alocados para a promoção da igualdade de gênero e a oferecer um vínculo claro entre recursos alocados e resultados alcançados. O Sistema das Nações Unidas está bem estabelecido para liderar exercícios de custeio que estimem os recursos necessários para programas ampliados e responsivos às questões de gênero, atendam às necessidades de mulheres e meninas e enfrentem a desigualdade de gênero no contexto do HIV/VIH. Embora sejam necessários recursos novos e adicionais, há muito que pode ser feito por meio da distribuição e do uso mais efetivo de recursos existentes para a resposta à aids/SIDA.

Recomendação 1: Gerar conjuntamente melhores evidências e maior conhecimento sobre as necessidades específicas de mulheres e meninas no contexto do HIV/VIH e garantir respostas nacionais priorizadas e sob medida para a aids/SIDA que protejam e promovam os direitos de mulheres e meninas (conhecendo sua epidemia e sua resposta).

Resultado: Evidências quantitativas e qualitativas sobre necessidades, riscos e impactos específicos em mulheres e meninas no contexto do HIV/VIH são estabelecidas a partir de um processo de coleta de dados abrangente e participativo, que inclui os diferenciais entre homens e mulheres na epidemia, e informam melhor sobre a implementação de políticas e programas efetivos que promovem e defendem os direitos e atendem as demandas de mulheres e meninas.

Ações:

- Fortalecer a capacidade e apoiar os governos para:
 - Coletar e analisar dados epidemiológicos e qualitativos novos e existentes – discriminados por sexo, idade (coorte de 5 anos para todas as faixas etárias) e sítio, e sobre como a epidemia afeta a mulheres e meninas, apoiando processos locais de coleta e apoio em colaboração com organizações de mulheres e redes de mulheres vivendo com HIV/VIH;
 - Utilizar os dados coletados sobre mulheres e meninas no contexto do HIV/VIH para desenvolver intervenções e atividades robustas para um planejamento mais eficaz dos programas de HIV/VIH para mulheres e meninas e também para gerar informações estratégicas, para alocar recursos e orçamentos e desenvolver mensagens chave de mobilização a serem promovidas pelos governos em todos os níveis.
- Equipar e apoiar grupos de mulheres de base comunitária e redes de mulheres vivendo com HIV/VIH na coleta e utilização de dados sobre como as epidemias afetam mulheres e meninas, a monitorar programas para avaliar seu impacto nos direitos humanos e a contribuir com a coleta nacional de dados.
- Promover e possibilitar a análise dos diferenciais masculino/feminino por idade nas agendas nacionais de pesquisa em HIV/VIH; em parceria com instituições nacionais de pesquisa, organizações de mulheres e redes de mulheres vivendo com HIV/VIH. Incluir pesquisa ética participativa sobre as vulnerabilidades e necessidades específicas da diversidade de mulheres, incluindo grupos marginalizados, como, por exemplo, as profissionais do sexo. Avaliar o impacto de abordagens de prevenção em mulheres, como, por exemplo, da circuncisão masculina e pesquisa continuada sobre métodos de prevenção iniciados pelo sexo feminino.
- Apoiar governos a medir gastos de recursos nacionais alocados para programas para mulheres, meninas, igualdade de gênero e HIV/VIH na medição nacional de gastos com aids/SIDA para que recursos e resultados possam ser rastreados e a qualidade melhorada.

Prestação de contas:

- PNUD e UNIFEM farão advocacy e apoiarão, a cada ano, ao menos 50% dos países que devem apresentar relatórios à CEDAW de acordo com o ciclo quadrienal de apresentação de relatórios, para incluir no relatório dados qualitativos desagregados por sexo e idade sobre como a epidemia de HIV/VIH afeta a mulheres e meninas. Equipes Conjuntas das Nações Unidas sobre Aids/SIDA utilizarão as revisões do UNDAF, conforme o cronograma local, para avaliar como a epidemia afeta mulheres e meninas para programas de assistência ao desenvolvimento das Nações Unidas sensíveis às questões de gênero.
- O Secretariado do UNAIDS/ONUSIDA apoiará grupos e redes de mulheres em pelo menos dez países anualmente, incluindo países que devem apresentar relatórios à CEDAW, para contribuir com a coleta nacional de dados.
- As Equipes Conjuntas das Nações Unidas sobre Aids/SIDA apoiarão governos e instituições nacionais de pesquisa para incluir o avanço nos direitos das mulheres e na igualdade de gênero na agenda de pesquisa sobre HIV/VIH, em pelo menos dez países anualmente, incluindo aqueles que devem apresentar relatórios à CEDAW.
- O Secretariado do UNAIDS/ONUSIDA apoiará, até 2011, cinco países que servirão de modelo e incluirá a análise sobre igualdade de gênero nas medições nacionais de gastos em aids/SIDA.

Resultado: Indicadores de igualdade de gênero harmonizados são utilizados para uma melhor identificação dos fatores socioculturais, econômicos e epidemiológicos que contribuem para o risco e para a vulnerabilidade de mulheres e meninas HIV/VIH.

Ações:

- Convocar um processo participativo global para atualizar os principais indicadores da UNGASS/HIV por meio de mecanismos existentes, ex. MERG, para medir as iniquidades de mulheres e meninas no contexto do HIV/VIH, trabalhando com parceiros relevantes como, por exemplo, grupos de mulheres e redes de mulheres vivendo com HIV/VIH, aproveitando indicadores de igualdade de gênero utilizados atualmente (ex. o Plano de Emergência do Presidente dos EUA para o Combate à Aids/SIDA, o Fundo Global) e inspirando-se nos indicadores utilizados para os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, a Plataforma de Ação de Beijing e o Programa de Ação da Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento e, em seguida, apoiar países a utilizar indicadores de resultados harmonizados.

Prestação de contas:

- UNAIDS/ONUSIDA e UNIFEM apoiarão em âmbito global a atualização participativa dos principais indicadores da UNGASS/HIV até a próxima rodada de relatórios.

Resultados: Políticas, programas e alocação de recursos informados a partir de evidências que atendem às necessidades de mulheres e meninas estão implantados em âmbito local.

Ações:

- Estabelecer repositórios regionais de evidências regionais e nacionais sobre os vínculos entre HIV/VIH e as várias formas de violência contra mulheres e meninas e sobre o que funciona, para informar políticas e programas nacionais relevantes, incluindo em situações de conflito e crise, em colaboração com instituições nacionais e regionais de pesquisa, grupos de mulheres, organizações de homens e meninos que trabalham pela igualdade de gênero, redes de mulheres vivendo com HIV/VIH, profissionais do sexo, usuárias de drogas e outros atores relevantes e em parceria com órgãos intergovernamentais regionais.
- Apoiar as autoridades nacionais sobre aids/SIDA para:
 - Realizar análises sobre como as políticas relacionadas ao HIV/VIH¹⁰ afetam mulheres e meninas, com foco específico nos fatores socioculturais, no estigma e discriminação e nas barreiras econômicas que impedem mulheres e meninas de exercerem seus direitos humanos; Consequentemente, modificar ou desenvolver políticas e traduzi-las em programas sensíveis às questões de gênero, em parceria com atores relevantes, incluindo organizações pelos direitos das mulheres, redes de mulheres vivendo com HIV/VIH, organizações baseadas na fé, juventude, organizações de homens e meninos que trabalham pela igualdade de gênero e líderes tradicionais;
 - Incluir análises sobre como a epidemia afeta mulheres e meninas como parte das revisões conjuntas das respostas nacionais ao HIV/VIH e do desenvolvimento de novos planos estratégicos nacionais para o HIV/VIH, envolvendo todas as agências de governo relevantes, organizações de mulheres, redes de mulheres vivendo com HIV/VIH e organizações de homens e meninos que trabalham pela igualdade de gênero; Realinhar o plano estratégico nacional para HIV/VIH, e consequentemente seu orçamento.

Prestação de contas:

- Os sete Grupos de Diretores Regionais estabelecerão, até 2011, repositórios regionais de evidências sobre o vínculo entre HIV/VIH e violência contra as mulheres.

¹⁰ Essas políticas podem incluir a política nacional de aids/SIDA ou políticas programáticas como, por exemplo, testes e planejamento familiar.

- As Equipes Conjuntas das Nações Unidas sobre Aids/SIDA apoiarão, em 2010, 30 países e, em 2011, 20 países que devem desenvolver novos planos estratégicos nacionais para o HIV/VIH, para realizar análises de políticas relacionadas ao HIV/VIH¹¹.
- No âmbito das Equipes Conjuntas das Nações Unidas sobre Aids/SIDA, o Banco Mundial deverá liderar, em 2010, o apoio a 30 países, e, em 2011, a 20 países que devem desenvolver novos planos estratégicos nacionais para HIV/VIH, para realizar análises de gênero de suas respostas nacionais à aids/SIDA.

Traduzir compromissos políticos em ações intensificadas que atendam aos direitos e necessidades de mulheres e meninas no contexto do HIV/VIH.

Desde a Declaração de Paris de 1994 sobre o maior envolvimento de pessoas vivendo com HIV/VIH, houve um número crescente de apelos para enfrentar os fatores causadores e o impacto da epidemia em mulheres e meninas, com resultados limitados até o momento. Os compromissos globais existentes, como, por exemplo, a CEDAW e seu protocolo opcional, a Plataforma de Ação de Beijing, o Programa de Ação da Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento e os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, providenciam todos um sistema sólido para políticas e programas abrangentes e multisetoriais que tratam tanto das causas como das consequências do HIV/VIH em mulheres e meninas. Existem também compromissos regionais e nacionais, como, por exemplo, o Protocolo Africano sobre os Direitos das Mulheres, o Plano de Ação de Maputo sobre Saúde Sexual e Reprodutiva e Direitos e a Declaração de Abuja. Contudo, a prestação de contas para esses compromissos reside em vários níveis – comunitário, local, regional e global – e envolve vários atores, como, por exemplo, governos, agências das Nações Unidas, doadores, sociedade civil, a mídia e o setor privado. Portanto, há uma necessidade de se melhor traduzir os compromissos com os direitos humanos e com a igualdade de gênero em ação e monitorar sua implementação. Os mecanismos de prestação de contas devem também promover a responsabilidade compartilhada entre os diversos parceiros e aproveitar a experiência dos defensores dos direitos das mulheres.

A resposta à aids/SIDA pode ser uma força positiva para desafiar as violações dos direitos, o estigma e a discriminação contra mulheres e meninas, incluindo em leis que criminalizam a transmissão do HIV/VIH, leis que infringem os direitos de privacidade e confidencialidade e o direito de estar livre de violência, da agressão sexual e do estupro dentro e fora do casamento, bem como fora de situações de conflito e emergência; leis que envolvam herança, posse, acesso e controle sobre terras e leis de família, e outras políticas e práticas que violam os direitos humanos das mulheres. Os governos nacionais devem reformar, decretar e executar as leis e a legislação para pôr fim à discriminação contra mulheres e meninas. O sistema judiciário deve promover os direitos das mulheres no que se refere à herança e posse, acesso e controle de terras e direitos de saúde sexual e reprodutiva. Deve também elaborar intervenções que garantam uma resposta judicial apropriada, imediata, oportuna, exaustiva, séria e imparcial aos atos de violência contra as mulheres, inclusive estupro dentro e fora do casamento, e criar condições que permitam às mulheres utilizarem o sistema judiciário para remediar violações a seus direitos humanos.

A violência contra mulheres e meninas é uma das manifestações mais insidiosas da desigualdade de gênero e é um indicador do status de mulheres e meninas em uma sociedade. A violência contra as mulheres é tanto uma causa como uma consequência. Portanto, a violência deve ser tratada como parte integrante das respostas multisetoriais ao HIV/VIH. Acabar com a violência contra mulheres e meninas requer, antes de mais nada, uma melhoria nos dados e na compreensão do fenômeno em âmbito local, bastante escassos atualmente. Precisa-se dessas informações para melhor enfrentar determinantes estruturais da violência e implementar programas socialmente transformadores que

¹¹ Esta informação está baseada nos cronogramas atuais dos planos estratégicos nacionais para HIV/VIH.

promovam a igualdade de gênero e respondam à violência contra mulheres e que também impeçam a sua perpetração. Essas intervenções devem também aumentar o empoderamento social e econômico das mulheres e pôr fim às práticas nocivas tradicionais. Os países devem tomar medidas para garantir a proteção de mulheres e meninas de todos os tipos de violência, agressão sexual e estupro dentro e fora de situações de conflito e emergências e que elas possam receber serviços apropriados para lidarem com as consequências físicas, psicológicas e legais, e também para providenciar os serviços de saúde dentro e fora de situações de conflito e emergências, os quais são escassos atualmente.

Para que se possa efetivamente conter a epidemia de HIV/VIH, as respostas nacionais ao HIV/VIH precisam mais sistematicamente atender aos direitos e necessidades de mulheres e meninas. Os serviços de HIV/VIH não incluem, na atualidade, de uma forma abrangente, a promoção e a proteção ao direito à saúde sexual e reprodutiva de todas as mulheres, ou seja, tratam insuficientemente das necessidades sexuais e reprodutivas de usuárias de drogas e parceiras de usuários de drogas e há uma educação sexual abrangente inadequada para adolescentes e jovens dentro e fora do ambiente escolar. Ainda, os serviços de prevenção da transmissão vertical do HIV/VIH não levam em consideração os direitos e necessidades de mulheres vivendo com HIV/VIH. Da mesma forma, os serviços de HIV/VIH negligenciam o empoderamento de mulheres e meninas para exercerem seus direitos, acessarem os serviços e fazerem escolhas autônomas sobre seus corpos e vidas. Além disso, os serviços de saúde sexual e reprodutiva não providenciam consistentemente serviços relacionados ao HIV/VIH como, por exemplo, preservativos femininos e masculinos, encaminhamento para profilaxia pós-exposição e tratamento do HIV/VIH e co-infecções, bem como contraceptivos, serviços de contracepção emergencial e, onde permitido por lei, o aborto seguro para gravidez indesejada.

É crucial permitir que mulheres e meninas assumam o controle de sua própria prevenção ao HIV/VIH. A falta de controle da prevenção pelas mulheres é evidenciada pelo fato de que, na atualidade, um preservativo feminino é distribuído para cada 700 preservativos masculinos. Há necessidade de mais investimentos programáticos e orçamentários para tornar os preservativos masculinos e femininos disponíveis e acessíveis a todas as mulheres, e também para financiar e agilizar pesquisas sobre métodos de prevenção controlados pelas mulheres, ex. microbicidas. As mulheres e os jovens devem também ter acesso a serviços de saúde reprodutiva abrangentes, incluindo uma educação sexual abrangente. Finalmente, as avaliações sobre o impacto de abordagens de prevenção masculina em mulheres, como, por exemplo, a circuncisão masculina, devem continuar.

Recomendação 2: Reforçar a tradução dos compromissos políticos em ações e recursos intensificados para políticas e programas que atendam aos direitos e necessidades de mulheres e meninas no âmbito do HIV/VIH, com o apoio de todos os parceiros relevantes nos níveis global, nacional e comunitário.

Resultado: Maior transparência dos governos para passar dos compromissos com os direitos das mulheres e com a igualdade de gênero para resultados, para respostas mais efetivas à aids/SIDA.

Ações:

- Apoiar as autoridades nacionais sobre aids/SIDA na incorporação de ações para cumprir compromissos globais e regionais sobre os direitos de mulheres e meninas em seus planos estratégicos nacionais de HIV/VIH, em consulta com organizações de mulheres, grupos de mulheres vivendo com HIV/VIH, mecanismos nacionais para mulheres e organizações de homens e meninos que trabalham pela igualdade de gênero, e garantir a intensificação da ação e orçamento responsivo à questão de gênero em âmbito local.
- Apoiar os grupos de mulheres e redes de mulheres vivendo com HIV/VIH em âmbito local para mapear os compromissos nacionais, regionais e globais de governos

relacionados às mulheres, meninas, à igualdade de gênero e ao HIV/VIH, e avaliar e documentar o seu estado de implementação para servir de informação estratégica para advocacy e prestação de contas.

- Facilitar o lançamento de campanhas “conheça seus direitos” e apoiar a oferta de serviços de assistência legal gratuitos e acessíveis para permitir que mulheres e meninas reivindiquem seus direitos. Apoiar o estabelecimento ou fortalecimento dos foros existentes para a aplicação dos direitos, acessíveis a todos, por meio de organizações de mulheres e redes de mulheres vivendo com HIV/VIH, voltados para mulheres em âmbito comunitário, com ênfase particular em mulheres e meninas marginalizadas e estigmatizadas e também mulheres fora dos grupos “sob maior risco”.
- Advogar regionalmente, em conjunto com parceiros da sociedade civil, incluindo os que trabalham em temas legais e organizações de direitos humanos, entre os membros do parlamento dos países, pela remoção de legislação nacional relevante ao HIV/VIH que não proteja os direitos de mulheres e meninas ou que discrimine contra as mesmas, e monitorar a execução, em cumprimento com normas e padrões internacionais, inclusive a CEDAW, com ênfase particular em grupos de mulheres e meninas que são mais excluídos e cujos direitos são mais frequentemente violados.

Prestação de contas:

- Equipes Conjuntas das Nações Unidas sobre Aids/SIDA apoiarão 30 países em 2010 e 20 em 2011 que devem desenvolver novos planos estratégicos nacionais para HIV/VIH, para incorporar ações para a implementação de compromissos globais e regionais no plano estratégico nacional, como parte do desenvolvimento de novos planos estratégicos nacionais para HIV/VIH.
- O PNUD apoiará pelo menos duas redes nacionais de mulheres vivendo com HIV/VIH por região para mapear e avaliar o progresso dos compromissos internacionais com a igualdade de gênero e os direitos humanos de mulheres e meninas, como contribuição para a Cúpula das Nações Unidas para os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio de 2010.
- O PNUD apoiará, até o fim de 2010, os oito países da iniciativa “Delivering as One” (Atuação Unificada das Nações Unidas) para lançar campanhas “conheçam seus direitos”, e apoiará a provisão de serviços de assistência legal gratuitos e acessíveis e o estabelecimento ou fortalecimento de foros para a aplicação dos direitos, com extensão subsequente anual de pelo menos dois países por região.
- O Grupo de Diretores Regionais realizará, até 2011, uma avaliação das leis discriminatórias de gênero com um monitoramento constante e estabelecerá, até o fim de 2012, mecanismos de advocacy e de monitoramento para a remoção destas leis.

Resultado: Todas as formas de violência contra mulheres e meninas reconhecidas como violações dos direitos humanos e são enfrentadas no âmbito do HIV/VIH.

Ações:

- Advogar e apoiar a inclusão do HIV/VIH na campanha “UNiTE” do Secretário-Geral para acabar com a violência contra mulheres e apoiar sua implementação por meio de uma aliança entre governo e atores do Estado, grupos de mulheres, incluindo as profissionais do sexo, usuárias de drogas, grupos da juventude, mulheres vivendo com HIV/VIH, outros grupos estigmatizados e marginalizados e outros parceiros para o desenvolvimento, conforme orientação técnica, baseada nos achados de pesquisas nacionais, regionais e internacionais e programas promissores, incluindo o Estudo Multi-Países da OMS sobre Saúde da Mulher e Violência Doméstica contra Mulheres e a iniciativa multi-parceria da Fundação Clinton/Centro de Prevenção e Controle de Doenças (CDC) dos EUA/Nações Unidas para:
 - (i) Conscientizar as pessoas sobre a violência contra as mulheres e meninas como causa e consequência da transmissão do HIV/VIH, incluindo violência sexual;
 - (ii) Estabelecer sistemas nacionais de coleta de dados, análise e relatórios sobre a violência contra mulheres e meninas;

- (iii) Promover o desenvolvimento de respostas nacionais abrangentes, baseadas em evidência à violência contra mulheres e meninas abrangentes, incluindo violência sexual e violência contra profissionais do sexo e presidiárias, mulheres em situações de conflito e emergências, no âmbito do setor da saúde e além;
- (iv) Integrar intervenções para atender e responder à violência contra as mulheres no âmbito de programas de prevenção, tratamento, atenção e apoio ao HIV/VIH, incluindo o acesso à contracepção emergencial, profilaxia pós-exposição, e aborto seguro – onde permitido por lei;
 - Utilizar o momentum da campanha do Secretário-Geral das Nações Unidas para pôr fim à violência contra as mulheres, dar espaço político às redes nacionais de profissionais do sexo e construir sua capacidade para reduzir o estigma contra profissionais do sexo e enfrentar a violência vivenciada pelas mesmas, particularmente por autoridades encarregadas da aplicação da lei e outros atores do Estado, como parte das respostas nacionais ao HIV/VIH.

Prestação de contas:

- O Secretário-Geral solicitará aos Coordenadores Residentes das Nações Unidas, até o primeiro trimestre de 2010, a inclusão do HIV/VIH nas campanhas nacionais “UNiTE”. A OMS deverá apoiar a inclusão do HIV/VIH nas campanhas nacionais “UNiTE” e sua implementação até 2010, nos cinco países já engajados, e expandir seu apoio de acordo com o esquema de difusão da campanha.
- O UNFPA promoverá a capacitação de profissionais do sexo para reduzir a violência contra profissionais do sexo femininas como parte das cinco campanhas nacionais UNiTE em 2010, e expandirá seu apoio de acordo com o esquema de difusão da campanha.

Resultado: Mulheres e meninas têm acesso universal a serviços integrados e multisetoriais para o HIV/VIH, tuberculose e saúde sexual e reprodutiva, incluindo serviços que atendem mulheres vítimas de violência.

Ações:

- Apoiar o desenvolvimento, a operacionalização, a utilização e o monitoramento de um pacote mínimo de serviços integrados para HIV/VIH, tuberculose, serviços de saúde sexual e reprodutiva, incluindo redução de danos e serviços que tratem e respondam à violência contra as mulheres, prevenção da transmissão vertical, tratamento, atenção e apoio e nutrição providenciados por serviços multisetoriais de HIV/VIH e atenção primária e sistemas de orientação, com a participação de grupos de mulheres, redes de mulheres vivendo com HIV/VIH, profissionais do sexo e outros grupos estigmatizados e marginalizados.
- Fortalecer a capacidade, os recursos e a coordenação entre ministérios chave e mecanismos nacionais para mulheres para priorizar a igualdade de gênero e os direitos de mulheres e meninas no contexto do HIV/VIH no âmbito de seus planos operacionais e orçamentos setoriais, em parceria com grupos de mulheres, redes de mulheres vivendo com HIV/VIH e organizações de homens e meninos que trabalham pela igualdade do gênero, alinhados a compromissos chave globais sobre os direitos das mulheres e meninas.

Prestação de contas:

- As Equipes Conjuntas das Nações Unidas sobre Aids/SIDA nos 17 países da Parceria Internacional para a Saúde e Iniciativas Relacionadas (IHP+) deverão apoiar, até o fim de 2010, o desenvolvimento de um pacote nacional mínimo de serviços e expansão em 2011, com difusão subsequente para dois países adicionais por região por ano.
- As Equipes Conjuntas das Nações Unidas sobre Aids/SIDA nos 17 países da Parceria Internacional para a Saúde e Iniciativas Relacionadas (IHP+) deverão apoiar, até o fim de 2011, pelo menos três ministérios chave (saúde, educação e mecanismos do gênero) para implementar planos operacionais setoriais que focalizem igualdade de gênero e direitos de mulheres e meninas no contexto do HIV/VIH. Uma expansão subsequente acontecerá em dois países adicionais por região por ano.

Resultado: Esforços de prevenção do HIV/VIH fortalecidos para mulheres e meninas por meio da proteção e promoção dos direitos humanos e de uma ampliação na igualdade de gênero.

Ações:

- Desenvolver a capacidade de autoridades de aids/SIDA e ministérios de saúde visando favorecer a prevenção do HIV/VIH por meio da incorporação da igualdade de gênero em políticas e programas de prevenção do HIV/VIH, incluindo a distribuição de preservativos masculinos e femininos, testes para HIV/VIH seguros e voluntários e aconselhamento, um componente educativo de igualdade de gênero como parte do aconselhamento sobre a circuncisão masculina e serviços com acompanhamento subsequente, e educação sexual abrangente, em colaboração com a sociedade civil.
- Apoiar os grupos de mulheres e as redes de mulheres vivendo com HIV/VIH, em estreita colaboração com as autoridades nacionais de aids/SIDA, a exigir o respeito a seus direitos à saúde sexual e reprodutiva, incluindo melhor negociação de relações sexuais seguras e consensuais e aumentar o acesso a serviços e insumos de saúde sexual e reprodutiva, incluindo preservativos femininos, e educar homens e meninos sobre os direitos das mulheres a negociar se e como o sexo acontece.
- Defender e apoiar o acesso à educação sexual abrangente em âmbito local que promova igualdade de gênero e direitos humanos, ofereça aos jovens conhecimento, habilidades e recursos baseados em evidência que são necessários para permitir-lhes escolhas responsáveis sobre suas relações sociais e sexuais – para jovens de todas as faixas etárias, nas escolas e fora delas, inclusive por meio de:
 - (i) Mudança na legislação/política nacional para a educação sexual ampliada, conforme necessário;
 - (ii) Desenvolvimento, revisão, monitoramento e avaliação sensíveis às questões de gênero de currículos acolhedores aos adolescentes e jovens, com a participação de adolescentes e jovens;
 - (iii) Elaborar e lançar campanhas de mídia de massa para alcançar os pais, jovens fora da escola e o público em geral com mensagens de educação sexual abrangente e igualdade de gênero;
 - (iv) Apoiar comissões econômicas regionais no monitoramento e compartilhamento de lições aprendidas entre os governos sobre a implantação da educação sexual abrangente.

Prestação de contas:

- As Equipes Conjuntas das Nações Unidas sobre Aids/SIDA apoiarão, até o final de 2010, dois países-modelo por região no intuito de incorporar a igualdade de gênero em políticas e programas de prevenção do HIV/VIH. Em seguida, os Grupos dos Diretores Regionais facilitarão, até 2011, mecanismos de aprendizado Sul-Sul visando facilitar a expansão anual de pelo menos quatro países por região.
- As Equipes Conjuntas das Nações Unidas sobre Aids/SIDA apoiarão, até o fim de 2011, a tradução de políticas de prevenção sensíveis às questões de gênero em programas para mulheres adultas, jovens, adolescentes e meninas.
- A UNESCO apoiará, em 2010, os Estados Membros e outros parceiros chave a melhorar e introduzir a educação sexual de qualidade em pelo menos dois países por região.

Um ambiente que favoreça o cumprimento dos direitos humanos de mulheres e meninas e seu empoderamento, no contexto do HIV/VIH.

Os fatores sociais, econômicos, legais e culturais arraigados sustentam o estado de desigualdade de mulheres e meninas nas sociedades e o risco e vulnerabilidade ao HIV/VIH e à violência. As relações de poder desequilibradas, a falta de acesso a serviços, os diferenciais de empoderamento

econômico e legal entre homens e mulheres, a coerção sexual, a violência e os papéis de gênero estabelecidos limitam a capacidade de mulheres e meninas exercerem seus direitos. O estigma e a discriminação relacionados ao HIV/VIH afetam desproporcionalmente a mulheres e meninas, restringindo sua capacidade de acesso a serviços. Mulheres e meninas soropositivas têm menor possibilidade de acessar serviços, de revelar seu status sorológico ou de negociar sexo seguro por medo de serem maltratadas, rejeitadas ou de sofrerem violência. Além disso, mulheres e meninas levam consigo um fardo desproporcional e debilitante com relação à atenção à aids/SIDA, especialmente em lugares onde os serviços de saúde e de outros setores públicos são deficientes. Também, as meninas faltam à escola e mulheres são forçadas a abandonar o emprego remunerado devido a fatores, como, por exemplo, casamento precoce, gravidez fora do casamento e requerimentos socialmente atribuídos como o cuidado aos doentes, aprofundando desta maneira a pobreza e a dependência econômica das mulheres, reduzindo sua capacidade de participar da vida pública e minando seus potenciais socioeconômicos, culturais e políticos.

A promoção, o fortalecimento, o financiamento e a intensificação de iniciativas que desafiem as desigualdades estruturais de gênero tornam-se cruciais para a mudança de normas relativas ao gênero e para a preservação dos direitos de mulheres e meninas. A resposta à aids/SIDA pode liderar os esforços para garantir os direitos de mulheres e meninas e permitir que estas exerçam tais direitos, por exemplo, por meio do acesso de meninas à educação – independentemente do estado civil e de gravidez, da proteção social e do acesso à justiça; por meio de oportunidades de sustento e da remoção dos obstáculos que impedem seu empoderamento econômico de uma forma equitativa. O envolvimento de homens e meninas como agentes da mudança é crítico para a realização de sociedades mais justas e uma coesão social que apoie mulheres e meninas por meio de um trabalho em conjunto com mulheres e meninas para promover e proteger seus direitos.

O reconhecimento e a facilitação da liderança de mulheres adultas, jovens e meninas, particularmente daquelas vivendo com HIV/VIH, é essencial para uma resposta eficaz à aids/SIDA. Embora existam lideranças fortes de mulheres em muitos níveis, as mulheres adultas, jovens e as meninas devem ser apoiadas para participar efetivamente de processos de tomada de decisão, da elaboração de soluções e da implementação de estratégias que reduzirão o impacto do HIV/VIH e da aids/SIDA em suas vidas. As organizações de mulheres e a sociedade civil são uma fonte de recurso insuficientemente utilizada na liderança pela igualdade de gênero e pelos direitos de mulheres e meninas no contexto do HIV/VIH. Permitir que elas participem ativamente dos processos que as concernem e afetam pode fazer com que elas desempenhem o papel de vigilante para os direitos humanos e sirvam de voz para as mulheres para fortalecer as respostas nacionais ao HIV/VIH.

A liderança estratégica e politicamente corajosa pela igualdade de gênero, acoplada a ações concretas, é uma medida importante para a efetividade da resposta à aids/SIDA em combater violações sofridas por mulheres e meninas na usurpação de propriedade, de herança por viuvez e estupro marital. A liderança deve surgir de uma variedade de comunidades e níveis, desde líderes políticos, culturais e religiosos até organizações de mulheres e redes de mulheres vivendo com HIV/VIH, e também governos, sociedade civil, organizações de homens trabalhando pela igualdade de gênero, as Nações Unidas, doadores e o setor privado. Os líderes devem responder e promover os direitos, prioridades e necessidades articuladas de mulheres e devem ir além da promoção de conscientização para a mobilização para a ação e para intervenções programáticas que empoderem as mulheres.

A liderança do UNAIDS/ONUSIDA, de doadores, de fundações e do setor privado é igualmente importante para contribuir com um ambiente que facilite a implementação em âmbito local, por meio de apoio de leis e regulamentos baseados nos direitos e relativos a contextos específicos, de promoção de programas e políticas e alocação de recursos e construção de relações e parcerias mais sólidas com as organizações de mulheres e mulheres vivendo com HIV/VIH.

A segunda avaliação independente do UNAIDS/ONUSIDA identifica áreas chave para o fortalecimento das respostas do UNAIDS/ONUSIDA em gênero. O UNAIDS/ONUSIDA deve desenvolver a sua capacidade de abordar questões de gênero para promover mudanças positivas nas vidas de mulheres e meninas no contexto do HIV/VIH. Isto demandará uma mudança interna em suas

políticas, seus sistemas e seu gerenciamento e em sua alocação de recursos humanos e financeiros. As questões externas, como, por exemplo, o apoio técnico que ela oferece aos países e seus documentos de orientação e kits de ferramentas devem ser realinhados para um apoio mais focado a mulheres, meninas e à igualdade de gênero no contexto do HIV/VIH. O sucesso do presente Plano Operacional depende de como o UNAIDS/ONUSIDA liderará e defenderá internamente a igualdade de gênero. A igualdade de gênero deveria ser uma responsabilidade coletiva, mas a prestação de contas pelo estabelecimento de um ambiente favorável, pela introdução de incentivos e pelo monitoramento do progresso é de responsabilidade do alto escalão da administração.

Várias organizações bilaterais e multilaterais estão empenhando mais recursos para promover a igualdade de gênero e atender às necessidades de mulheres e meninas, como parte de seus esforços de enfrentamento da epidemia de HIV/VIH. Contudo, muitas áreas de trabalho com mulheres e meninas, como, por exemplo, as práticas tradicionais danosas, a violência contra mulheres e meninas, a saúde sexual e reprodutiva, o papel de prestadoras de cuidados e o empoderamento das mulheres, permanecem sub-financiadas. Além disso, as organizações de mulheres têm acesso limitado a recursos para HIV/VIH. É possível estabelecer metas para a alocação de recursos para programas que tratem especificamente de mulheres, meninas e igualdade de gênero. Os doadores podem também disponibilizar os recursos individualmente ou coletivamente em âmbito local para apoiar explicitamente o trabalho sobre mulheres e HIV/VIH.

Recomendação 3: Liderar mobilização por ambientes favoráveis à promoção e proteção dos direitos humanos de mulheres e meninas e seu empoderamento, no contexto do HIV/VIH, por meio de mais ações de advocacy, ampliação de capacidades e alocação adequada de recursos.

Resultado: Mulheres e meninas empoderadas para dirigir a transformação de normas sociais e de dinâmicas de poder, com o envolvimento de homens e meninos atuando pela igualdade de gênero, no contexto do HIV/VIH.

Ações:

- Fortalecer a capacidade e facilitar a construção de alianças entre grupos de mulheres, redes de mulheres vivendo com HIV/VIH, organizações de homens que trabalham pela igualdade de gênero, ativistas da aids/SIDA e grupos de direitos humanos para criar um movimento social para reduzir o estigma e a discriminação contra as mulheres e defender e promover a igualdade de gênero, os direitos e o empoderamento das mulheres no contexto do HIV/VIH.
- Defender e apoiar os ministérios de bem-estar social na implementação de políticas e programas específicos, como micro-crédito e esquemas de proteção social que diminuam as vulnerabilidades econômicas e realinhem o ônus da atenção entre homens e mulheres, objetivando especificamente mulheres vivendo com HIV/VIH e prestadoras de cuidados não remuneradas para reduzir a vulnerabilidade e o impacto do HIV/VIH.
- Convocar diálogos entre organizações que trabalham pelos direitos das mulheres, as redes de mulheres vivendo com HIV/VIH e organizações que trabalham com homens e meninos pela igualdade de gênero para gerar parâmetros e princípios compartilhados no envolvimento de homens e meninos e desenvolver estratégias para abordar normas sociais que dizem respeito ao gênero e às relações sexuais por meio de formas que reduzam a violência, enfrentem o estigma e a discriminação e promovam o respeito pelos direitos de mulheres e meninas, como parte da prevenção ao HIV/VIH.

Prestação de contas:

- As Equipes Conjuntas das Nações Unidas sobre Aids/SIDA deverão providenciar seu apoio às organizações de mulheres em 25 países por meio da mobilização de alianças em

apoio aos direitos de mulheres e meninas e igualdade de gênero e integrarão o relatório de país da UNGASS de 2010.

- OIT e UNICEF deverão liderar, até 2012, as Equipes Conjuntas das Nações Unidas sobre Aids/SIDA no apoio a pelo menos três países por região para medir e custear o trabalho não remunerado executado por mulheres e meninas no contexto do HIV/VIH e operacionalizar os programas de proteção social para mulheres vivendo com HIV/VIH e as prestadoras de cuidados.
- UNFPA deverá liderar, até 2010, as Equipes Conjuntas das Nações Unidas sobre Aids/SIDA no apoio a pelo menos três países por região para desenvolver e operacionalizar, em conjunto com homens e meninas, particularmente os que trabalham pela igualdade de gênero, estratégias que tratem das normas sociais sobre gênero e relações sexuais, e em seguida expandir essas ações pelo menos quatro países por região anualmente.

Resultado: Liderança forte, corajosa e diversa para mulheres e meninas e pela igualdade de gênero em respostas fortalecidas ao HIV/VIH.

Ações:

- Fortalecer as habilidades de liderança de mulheres adultas, jovens e meninas vivendo com HIV/VIH para garantir que seus direitos e necessidades sejam atendidos nas respostas nacionais ao HIV/VIH.
- Advogar junto a governos ou por meio de Mecanismos de Coordenação de País o estabelecimento de cotas ou metas (pelo menos 40% das vagas) para mulheres com a experiência necessária para participar de Mecanismos de Coordenação de País, para garantir que as necessidades e visões de mulheres e meninas sejam adequadamente refletidas na resposta nacional ao HIV/VIH. Essas mulheres serão selecionadas democraticamente nas redes de mulheres vivendo com HIV/VIH e organizações de mulheres, incluindo organizações de profissionais do sexo.
- Apoiar as autoridades nacionais sobre aids/SIDA, em colaboração com redes de mulheres vivendo com HIV/VIH, organizações de mulheres, organizações de direitos humanos, organizações baseadas na fé e organizações que trabalham com homens e meninas, particularmente as que atuam pela igualdade de gênero, no envolvimento e parceria com:
 - (i) Líderes políticos eminentes, incluindo parlamentares, líderes tradicionais e do setor privado, por meio do desenvolvimento e do uso de uma série comum de mensagens de nacionais de advocacy para a mudança de políticas sobre os direitos das mulheres adultas, jovens e meninas no contexto do HIV/VIH, com atenção específica à violência contra as mulheres;
 - (ii) Líderes religiosos influentes em âmbito local e alavancando seu poder no apoio aos direitos e necessidades de mulheres e meninas para reduzir o estigma e a discriminação no contexto do HIV/VIH, utilizando mensagens acordadas em conjunto, inclusive para a promoção do direito de mulheres e meninas a viverem livres de violência e da ameaça de violência.

Prestação de contas:

- O PNUD deverá liderar as Equipes Conjuntas das Nações Unidas sobre Aids/SIDA no apoio a programas de desenvolvimento de liderança para mulheres adultas, jovens e meninas vivendo com HIV/VIH em 30 países, até 2010, e em 20 países, em 2011, os quais deverão desenvolver novas estratégias nacionais de aids/SIDA.
- As Equipes Conjuntas das Nações Unidas sobre Aids/SIDA deverão advogar, até o fim de 2010, para que 40% das vagas em Mecanismos de Coordenação de País sejam distribuídas aos grupos de mulheres e redes de mulheres vivendo com HIV/VIH.
- As Equipes Conjuntas das Nações Unidas sobre Aids/SIDA deverão apoiar, até o final de 2011, pelo menos três países por região no estabelecimento e documentação de parcerias com líderes políticos e religiosos eminentes por mulheres, meninas e pela igualdade de gênero no contexto do HIV/VIH.

Resultado: Recursos financeiros ampliados para mulheres, meninas e igualdade de gênero no contexto do HIV/VIH.

Ações:

- Facilitar o estabelecimento de um fundo comum para capacitação, com supervisão independente, para atender de modo justo as necessidades identificadas pelas redes de mulheres vivendo com HIV/VIH, dos grupos de mulheres, incluindo organizações de profissionais do sexo, grupos de homens que trabalham pela igualdade de gênero e grupos marginalizados, para permitir que esses possam se envolver e fortalecer a resposta nacional ao HIV/VIH para mulheres e meninas e pela igualdade de gênero.
- Utilizar o Orçamento e Plano de Trabalho Unificado do UNAIDS/ONUSIDA para alinhar o planejamento e monitoramento da programação do UNAIDS/ONUSIDA às recomendações do presente Plano Operacional para uma prestação de contas dos resultados fortalecida.
- Advogar para que instituições e mecanismos de financiamento, especialmente PEPFAR, o Fundo Global e fundações, priorizem trabalhos que enfoquem os direitos e necessidades de mulheres e meninas e a igualdade de gênero e se comprometam com uma meta de porcentagem mínima de cada doação e/ou orçamento a trabalhar pela igualdade de gênero e pela atenção aos direitos e necessidades de mulheres e meninas no contexto do HIV/VIH.

Prestação de contas:

- As Equipes Conjuntas das Nações Unidas sobre Aids/SIDA deverão apoiar, até o fim de 2010, todos os 17 países da Parceria Internacional para a Saúde e Iniciativas Relacionadas (IHP+) no estabelecimento e operacionalização de fundos comuns para desenvolvimento de capacidades da sociedade civil e, até o fim de 2012, a documentar as lições aprendidas para o diálogo de política global.
- UNAIDS/ONUSIDA assegurará uma alocação de recursos mensurável para programas relativos a gênero, de acordo com o Plano Operacional, e produzirá anualmente relatórios sobre resultados.
- UNAIDS/ONUSIDA e UNIFEM monitorarão e apresentarão à Junta de Coordenação de Programa do UNAIDS/ONUSIDA, anualmente e a partir de 2010, um relatório sobre a alocação de recursos para a agenda sobre mulheres, meninas, igualdade de gênero e HIV/VIH.

Resultado: UNAIDS/ONUSIDA responsivo às questões de gênero

Ações:

- Desenvolver, financiar e operacionalizar um plano para o desenvolvimento de capacidade institucional do UNAIDS/ONUSIDA sobre mulheres, meninas, igualdade de gênero e HIV/VIH, incluindo:
 - (i) Uma avaliação institucional do conhecimento e da capacidade dos funcionários de incorporarem a igualdade de gênero em suas áreas de trabalho;
 - (ii) A integração de pelo menos um produto relativo a mulheres, meninas e igualdade de gênero nos termos de referência de todos os funcionários de gerenciamento e de programa, e consequente avaliação de desempenho;
 - (iii) Equipar cada Equipe Conjunta das Nações Unidas sobre Aids/SIDA com um especialista sênior em igualdade de gênero, de acordo com as recomendações da Segunda Avaliação Independente do UNAIDS/ONUSIDA.
- Realinhar o apoio técnico e as políticas, orientações e ferramentas relevantes do UNAIDS/ONUSIDA, incluindo a medição de gastos nacionais em aids/SIDA, para uso em âmbito local em ações pela igualdade de gênero e pelos direitos e necessidades de mulheres e meninas no contexto do HIV/VIH:
 - (i) Equipar as “facilidades de apoio técnico regional”, centros e conglomerados com experiência no envolvimento de homens e meninos pela igualdade de gênero para prover apoio técnico em âmbito local;

- (ii) Advogar em âmbito regional e local pelo foco exclusivo do Relatório de Desenvolvimento Humano de 2011 em mulheres, meninas, igualdade de gênero e HIV/VIH.
- Apoiar os Enviados Especiais e Embaixadores da Boa Vontade das Nações Unidas no uso de plataformas e oportunidades estratégicas para advogar e galvanizar compromissos com os direitos de mulheres adultas, jovens e meninas no contexto do HIV/VIH, com atenção especial para a violência contra mulheres e meninas, em âmbitos regional e global, por meio do desenvolvimento de uma série comum de mensagens de advocacy e de um plano de coordenado de comunicação.

Prestação de contas:

- A Rede Interagencial de Recursos Humanos das Nações Unidas proporá, até 2010, uma política do UNAIDS/ONUSIDA sobre o desenvolvimento e a operacionalização de planos de desenvolvimento de capacidade para que os funcionários incorporem a igualdade de gênero em seu trabalho. Ela produzirá, anualmente e a partir de 2011, um relatório à Junta de Coordenação de Programa do UNAIDS/ONUSIDA sobre a operacionalização da política.
- Recrutar, até o final de 2010, um especialista sênior em igualdade de gênero sob o Sistema de Coordenadores Residentes das Nações Unidas, nos oito países da iniciativa “Delivering as One” (ou “Atuação Unificada das Nações Unidas”) e, até o final de 2011, em 20 países.
- UNAIDS/ONUSIDA e UNIFEM garantirão que todos os centros de apoio técnico terão recursos e expertise específicos alocados para o engajamento de homens e meninas pela igualdade de gênero, até o segundo quadrimestre de 2010.
- Os Grupos de Diretores Regionais advogarão para que o foco do Relatório de Desenvolvimento Humano nacional e regional de 2011 seja em mulheres, meninas, igualdade de gênero e HIV/VIH, com atenção específica para a violência contra mulheres e meninas. O relatório de progresso deverá ser apresentado à Junta de Coordenação de Programa do UNAIDS/ONUSIDA até o final de 2011.
- UNAIDS/ONUSIDA e UNIFEM desenvolverão, até o primeiro trimestre de 2010, mensagens chave de advocacy e um plano coordenado de comunicação para os Enviados Especiais e Embaixadores da Boa Vontade das Nações Unidas sobre os direitos de mulheres e meninas no contexto do HIV/VIH, com atenção específica à violência contra mulheres e meninas, com posterior apresentação de relatório anual sobre o alcance dos resultados esperados à Junta de Coordenação de Programa do UNAIDS/ONUSIDA.

Prestação de contas e Relatórios para o Plano Operacional

A duração do Plano Operacional é de cinco anos, de janeiro 2010 até dezembro de 2014. Será implementado por UNAIDS/ONUSIDA e UNIFEM de acordo com a divisão de trabalho para o apoio técnico do UNAIDS/ONUSIDA e o plano estratégico 2008-2011 do UNIFEM. A Junta de Coordenação de Programa do UNAIDS/ONUSIDA assumirá a responsabilidade pela supervisão total da implementação do Plano Operacional. O progresso será monitorado e avaliado de acordo com os resultados e indicadores e prazos definidos.

Propõe-se que o grupo de trabalho inter-agencial das Nações Unidas sobre igualdade de gênero, incluindo os representantes da sociedade civil, particularmente mulheres vivendo com HIV/VIH e organizações de mulheres, assumam a responsabilidade pelo monitoramento em âmbito global do Plano Operacional, baseado na implementação dos programas conjuntos de apoio à aids/SIDA em âmbito local. Para esse fim, o grupo se reunirá duas vezes ao ano para mensurar o progresso. O grupo de trabalho inter-agencial apresentará anualmente à Junta de Coordenação de Programa do UNAIDS/ONUSIDA e ao Conselho Consultivo do UNIFEM um relatório de progresso. De acordo com as decisões da 24ª Reunião da Junta de Coordenação de Programa (PCB), um relatório de progresso sobre os primeiros seis meses da implementação será apresentado à Junta de Coordenação de Programa do UNAIDS/ONUSIDA em sua 26ª reunião. Uma avaliação de progresso mais completa será apresentada na 27ª Reunião da Junta de Coordenação de Programa (PCB) do UNAIDS/ONUSIDA.

Em âmbito local, o Plano Operacional será monitorado como parte dos programas conjuntos das Nações Unidas em apoio à aids/SIDA, com a participação de representantes da sociedade civil, especialmente redes de mulheres vivendo com HIV/VIH e organizações de mulheres. Os dados em âmbito local contribuirão para os relatórios locais da UNGASS e os relatórios “sombra” da sociedade civil, onde relevante, bem como os relatórios nacionais sobre os compromissos globais com igualdade de gênero e os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio s. Os dados de monitoramento do âmbito local alimentarão o monitoramento global do Plano Operacional.

O monitoramento e a avaliação do Plano Operacional serão vinculados ao sistema do UNAIDS/ONUSIDA para a avaliação de desempenho do Orçamento e Plano de Trabalho Unificado (UBW) 2010-2011 do UNAIDS/ONUSIDA. Seus indicadores de monitoramento de desempenho específico para mulheres, meninas e igualdade de gênero serão utilizados para localizar e avaliar o seguinte:

- ▶ Resultados de Questões e Resultados relevantes, resumidos no Plano Operacional;
- ▶ Entrega de produtos chave versus indicadores limitados no tempo;
- ▶ Implementação de ações conforme estabelecidas pelos co-patrocinadores e secretariado na matriz;
- ▶ Gastos versus ações.

UNAIDS/ONUSIDA e UNIFEM avaliarão bianualmente, a partir de 2010, o Plano Operacional em âmbito local e global, no intuito de garantir a relevância às dinâmicas da epidemia de HIV/VIH e sua resposta e de aprender lições sobre sua implementação para os diálogos de políticas nacional, regional e global. Uma avaliação final independente acontecerá no final do período de implementação do Plano Operacional para medir o impacto do Plano e orientar programações futuras para gênero e HIV/VIH.

Próximos passos

Todas as Equipes Conjuntas das Nações Unidas sobre Aids/SIDA iniciarão um diálogo com a sociedade civil, incluindo redes de mulheres vivendo com HIV/VIH e grupos de mulheres, governos e parceiros de desenvolvimento em âmbito local para identificar oportunidades para o lançamento de ações locais prioritárias para a implementação do presente Plano Operacional. Estas ações serão integradas aos programas conjuntos de apoio. Incentiva-se às organizações da sociedade civil, particularmente as redes de mulheres vivendo com HIV/VIH e organizações de mulheres, a identificarem ações no Plano Operacional que elas possam levar adiante, em estreita consulta e coordenação com as contrapartes nacionais e as Equipes Conjuntas das Nações Unidas sobre Aids/SIDA. Em caso de necessidade de financiamento adicional, o UNAIDS/ONUSIDA conjuntamente alocará recursos para catalisar ações e mobilizará recursos por meio de mecanismos locais existentes e defenderá o mesmo curso de ação junto aos parceiros.

Os países interessados e prontos para levar adiante o presente Plano Operacional receberão o apoio para dar “o pontapé inicial” à implementação do Plano Operacional. As Equipes Conjuntas das Nações Unidas sobre Aids/SIDA, as autoridades nacionais sobre aids/SIDA e os grupos de mulheres identificarão em conjunto ações específicas locais a serem incluídas no Programa Conjunto de Apoio das Nações Unidas ao plano nacional estratégico para HIV/VIH. Prevê-se que países que enfrentam várias epidemias estejam igualmente envolvidos, para que as lições possam ser aprendidas a partir de uma variedade de contextos. Essas estratégias custeadas que têm a duração de dois anos devem tratar os elementos chave do Plano Operacional, que são relevantes para o país, para permitir que lições sejam aprendidas em contextos diferentes. Por conseguinte, o UNAIDS/ONUSIDA se empenhará em alocar seus recursos, incluindo os fundos de aceleração de programa, para permitir a aceleração das agendas desses países sobre mulheres, meninas, igualdade de gênero e HIV/VIH e a utilizar as experiências acumuladas para uma contribuição estratégica no diálogo político no mais alto nível.

Conforme mencionado acima, muito pode ser alcançado por meio da utilização de liderança política para fazer a diferença nas vidas de mulheres e meninas no contexto do HIV/VIH. Contudo, considerando o compromisso, serão também necessários recursos financeiros proporcionalmente para a implementação do Plano Operacional. Um grupo de trabalho de peritos no Secretariado do UNAIDS/ONUSIDA está atualmente trabalhando na questão do custeio do Plano Operacional. Uma estimativa preliminar de gastos será apresentada na 25ª Reunião da Junta de Coordenação de Programa (PCB). Também, convida-se aos países a identificarem as atividades do Plano Operacional que são relevante para o seu contexto, custeá-las e identificar as lacunas de recursos enfrentadas, para apresentação na 26ª Reunião da Junta de Coordenação de Programa do UNAIDS/ONUSIDA.

PARTICIPANTES

FORÇA TAREFA GLOBAL SOBRE MULHERES, MENINAS, IGUALDADE DE GÊNERO E HIV/AIDS		
Nome	Cargo	Organização/País
Sr. Michel Sidibé (Co-Presidente)	Diretor Executivo, UNAIDS/ONUSIDA	Secretariado do UNAIDS/ONUSIDA
Prof.ª Sheila Tlou (Co-Presidente)	Ex-Ministra da Saúde	Botsuana
Exma. Sra. Grace Datiro	Ministra de Estado	Sudão do Sul
Exma. Sra. Fatoumata Sire Diakite	Embaixadora do Mali na Alemanha	Mali
Exma Dra. Nilcéa Freire	Ministra da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres	Brasil
Exma. Sra. Vabah Gayflor	Ministra de Gênero e Desenvolvimento	República da Libéria
Exmo. Sr. Lennarth Hjeltnaker	Embaixador HIV/AIDS	Suécia
Exma. Dra. Marijke Wijnroks	Embaixadora Aids/SIDA para os Países Baixos	Países Baixos
Sra. Claudia Ahumada	Gerente de Programa Acting Constituyentes	Campanha Mundial de Aids/SIDA
Sra. Alanna Armitage	Diretora	Escritório do UNFPA em Genebra
Dra. Mabel Bianco	Coordenadora-Geral	Fundação de Estudos e Pesquisas sobre a Mulher, (FEIM), Argentina
Sra. Michaela Clayton	Diretora	Aliança para Aids/SIDA e Direitos na África Austral (ARASA)
Sra. Mandeep Dhaliwa	Líder de Equipe	Direitos Humanos, Gênero & Diversidade Sexual, PNUD
Sra. Vuyiseka Dubula	Secretária-Geral	Campanha de Ação para o Tratamento
Sra. Ndèye Tening Gaye	Coordenadora	Grupo para o Estudo e Ensino da População (GEEP)
Sra Adrienne Germain	Presidente	Aliança Internacional para a Saúde das Mulheres
Sra. Nyaradzayi Gumbonzvanda	Secretária-Geral	Associação Cristã de Mulheres Jovens (YWCA)
Dra. Carol Jacobs	Presidente	Comissão Nacional para HIV/AIDS - Gabinete do Primeiro Ministro
Sra. Kaburo Kobia	Diretora de Comunicações	Associação Cristã de Mulheres Jovens (YWCA)
Sra. Claire Kanuma	Conselheira e Ponto Focal para Gênero	Ministério de HIV/AIDS, Burundi
Dra. Wang Linhong	Diretora-Geral Substituta	Centro Nacional para a Saúde Materno-Infantil, China, CDC
Dra. Khadija T. Moalla	Líder Regional para HIV/AIDS & Coordenadora de Programa para os Estados Árabes	PNUD
Dra. Purnima Mane	Vice-Diretora Executiva, Programa	UNFPA
Dra. Claudia Garcia Moreno	Coordenadora, Gênero, Mulheres e Saúde	Organização Mundial da Saúde
Dra. Fatma Mrisho	Diretora Executiva	Comissão da Tanzânia para a Aids/SIDA (TACAIDS/SIDA)
Dra. Françoise Ndayishimiye	Conselheira Sênior sobre Gênero	Fundo Global de Combate à Aids/SIDA, Tuberculose e Malária
Sra. Rolake Odetooyinbo	Diretora de Projeto	Ação Positiva para Acesso ao Tratamento (PATA)
Sr. Dean Peacock	Co-Diretor	Projeto Sonke para a Justiça de Gênero
Prof.ª Linda Richter	Diretora Executiva	Conselho de Pesquisa sobre Crianças, Jovens & Desenvolvimento Familiar, Ciências Humanas, África do Sul
Sra. Christine Ricardo	Técnica Sênior de Programa	Instituto Promundo
Dra. Nafis Sadik	Enviada Especial das Nações Unidas para HIV/AIDS na Ásia & Pacífico	UNFPA
Dra. Joanne Sandler	Vice-Diretora de Programas	UNIFEM
Dra. Mariangela Simão	Diretora do Programa Nacional de Aids/SIDA, Ministério da Saúde	Brasil
Sra. Ruth Morgan-Thomas	Coordenadora de Projeto	SCOT-PEP
Sra. Zonibel Woods	Gerente de Programa	Fundação Ford

GRUPO DE TRABALHO 1: FORTALECIMENTO DA ORIENTAÇÃO E DO APOIO ESTRATÉGICO AOS PARCEIROS NACIONAIS PARA "CONHECER SUA EPIDEMIA E SUA RESPOSTA" PARA ATENDER EFETIVAMENTE AS DEMANDAS DE MULHERES E MENINAS

Nome	Cargo	Organização/País
Dra. Lynn Collins	Assessora Técnica em HIV/VIH	UNFPA
Sra. Alexandra Garita	Coordenadora Internacional de Advocacy	International Planned Parenthood Federation, EUA
Sra. Beri Hull	Oficial de Advocacy Global	Comunidade Internacional de Mulheres vivendo com HIV/Aids (ICW) EUA
Sra. Malu Marin	Diretora	Iniciativas de Ação para a Saúde (ACH EVE) Inc., Filipinas
Sra. Mukamulumbu Mweemba	Coordenadora da Juventude	Associação Cristã de Mulheres Jovens (YWCA) Zâmbia
Sra. Alessandra Nilo	Diretora	GESTOS - Soropositividade, Comunicação e Gênero Brasil
Sra. Nathalie Nkoume		Associação Nacional de Camarões para a Saúde da Família Camarões
Sr. Mika Salminen	Epidemiologista chefe em HIV/AIDS	Instituto Nacional de Saúde Pública, Finlândia
Sra. Zonibel Woods (Presidente)	Gerente de Programa	Fundação Ford, EUA

GRUPO DE TRABALHO 2: ASSISTÊNCIA AOS PAÍSES PARA GARANTIR QUE AS ESTRATÉGIAS DE HIV/VIH E DE DESENVOLVIMENTO, PLANOS OPERACIONAIS, SISTEMAS DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO E ORÇAMENTOS ASSOCIADOS TRATEM DAS NECESSIDADES DE MULHERES E MENINAS NO CONTEXTO DO HIV/VIH

Nome	Cargo	Organização/País
Sra. Claudia Ahumada, (Presidente)	Gerente do Programa Acting Constituyentes	Campanha Mundial da Aids/S DA
Dr. Robert Carr	Diretor Executivo	Coalizão das Comunidades Vulneráveis do Caribe
Sra. Nazneen Damji	Gerente de Programa	Programa Igualdade de Gênero e HIV/AIDS – UN FEM
Sra. Nomi Fuchs-Montgomery	Conselheira Sênior para Prevenção e Gênero	Escritório Global para Aids/S DA - Departamento de Estado dos EUA
Dra. Imane Khacani		Aliança da Juventude para os Direitos Sexuais e Reprodutivos, Marrocos
Sra. Neelanjana Mukhia	Gerente	Secretaria Internacional da Campanha "As Mulheres Não Vão Esperar", Action Aid International
Dra. Lydia Mungherera	Oficial para Política e Advocacy	Organização de Apoio à Aids/S DA (TASO), Uganda
Sra. Sophie Pinkham		Programa Internacional para o Desenvolvimento da Redução de Danos, Open Society Institute
Sra. Ale Trossero	Oficial Sênior para HIV/V H	International Planned Parenthood Federation, Reino Unido
Sra. Eva Wallstam	Consultora	Agência Sueca de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento

GRUPO DE TRABALHO 3: ADVOCACY, FORTALECIMENTO DA CAPACIDADE E MOBILIZAÇÃO DE RECURSOS VISANDO OFERECER UMA SÉRIE ABRANGENTE DE MEDIDAS PARA ATENDER AS NECESSIDADES E DIREITOS DE MULHERES E MENINAS NO CONTEXTO DO HIV/VIH

Nome	Cargo	Organização/País
Dra. Avni Amin	Assessora Técnica	Departamento de Gênero, Mulheres e Saúde, Organização Mundial da Saúde
Sr. Khumalo Bafana	Co-Diretor	Justiça de Gênero Sonke, África do Sul
Sra. Nobayeni Dladla	Adida de Saúde	Missão Permanente da África do Sul junto às Nações Unidas África do Sul
Sra. Sophie Dilmitis	Coordenadora de HIV e Aids	Associação Cristã de Jovens Mulheres (YWCA)
Dra. Khadija T. Moalla (Presidente)	Líder Regional para a Prática HIV/Aids & Coordenadora de Programa para os Estados Árabes	PNUD
Sra. Noelene Nabalivou	Coordenadora	Ação das Mulheres pela Mudança, Fiji
Dra. Françoise Ndayishimiye	Conselheira Sênior sobre Gênero	Fundo Global para Combate à Aids/S DA, Tuberculose e Malária
Sra. Marion Quinn	Assessora em Saúde	Ministério das Relações Exteriores e do Comércio, Nova Zelândia
Sra. Lisa Schechtman	Oficial Sênior para Políticas	Aliança Global para a Aids/SIDA

Força Tarefa Global sobre Mulheres, Meninas, Igualdade de Gênero e HIV/VIH

Durante o 24 Encontro da Junta de Coordenação de Programa (PCB) do UNAIDS, os membros reafirmaram seu compromisso coletivo de avançar com a agenda sobre mulheres, meninas, igualdade de gênero e HIV/VIH e decidiram operacionalizar a **Matriz de Resultados do UNAIDS/ONUSIDA: Focalizando Mulheres, Meninas, Igualdade de Gênero e HIV/VIH**, da seguinte maneira:

“Reconhecendo a necessidade de passar urgentemente para a implementação da Matriz de Resultados do UNAIDS/ONUSIDA como ferramenta para uma ação acelerada das Nações Unidas, e a necessidade de angariar o apoio necessário para o documento da Junta de Coordenação de Programa, solicita-se ao Diretor Executivo do UNAIDS/ONUSIDA o estabelecimento de um grupo de trabalho consultivo composto por peritos em mulheres e HIV/VIH, com a representação de organizações de mulheres e mulheres vivendo com HIV/VIH para trabalhar com o Diretor Executivo no desenvolvimento, na implementação e no monitoramento de um plano operacional, e solicita-se também ao UNAIDS/ONUSIDA iniciar a operacionalização até outubro de 2009 (decisão 12.4)”.

Em apoio a esse compromisso, Michel Sidibé, Diretor Executivo do UNAIDS/ONUSIDA, comprometeu-se a estabelecer a Força Tarefa Global sobre Mulheres, Meninas, Igualdade de Gênero e HIV/VIH, com o objetivo geral de melhorar significativamente a ação global para mulheres e meninas no contexto da aids/SIDA, para alcançar o Acesso Universal à prevenção, tratamento, atenção e apoio ao HIV/VIH e apoiar a realização dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio. A Força Tarefa Global aproveitará o amplo processo consultivo já realizado sobre o documento “Matriz de Resultados do UNAIDS/ONUSIDA”. O Plano Operacional incluirá recomendações estratégicas e uma série definida de marcos no intuito de medir o progresso na implementação da Matriz de Resultados e informar, por conseguinte, a 26ª Reunião da Junta de Coordenação de Programa do UNAIDS.

Aceleração da ação global para mulheres e meninas no contexto da aids/SIDA

A Matriz de Resultados do UNAIDS/ONUSIDA: Focalizando Mulheres, Meninas, Igualdade de Gênero e HIV/VIH foi desenvolvida para a família do UNAIDS/ONUSIDA e UNIFEM como uma ferramenta chave interna para orientar a ação das Nações Unidas (ONU) na aceleração e expansão de ações específicas nacionais para mulheres, meninas e igualdade de gênero no contexto do HIV/VIH. A Matriz de Resultados adotou uma abordagem estratégica e priorizada, com ênfase em uma maior coordenação de políticas, programas e recursos. Valoriza realizações passadas e contribuições importantes de governos, da sociedade civil (especialmente organizações e redes de mulheres vivendo com HIV/VIH e organizações de saúde e direitos da mulher), de organizações de serviço para a aids/SIDA e doadores e agências multilaterais em âmbitos local, regional e global. A Matriz de Resultados aproveita também o aprendizado por meio de inúmeras avaliações e análises de gênero e da Força Tarefa Global sobre Mulheres, Meninas e HIV/Aids, do Secretário-Geral das Nações Unidas, na África austral.

O foco de ação da Matriz de Resultados ocorre nas seguintes três áreas:

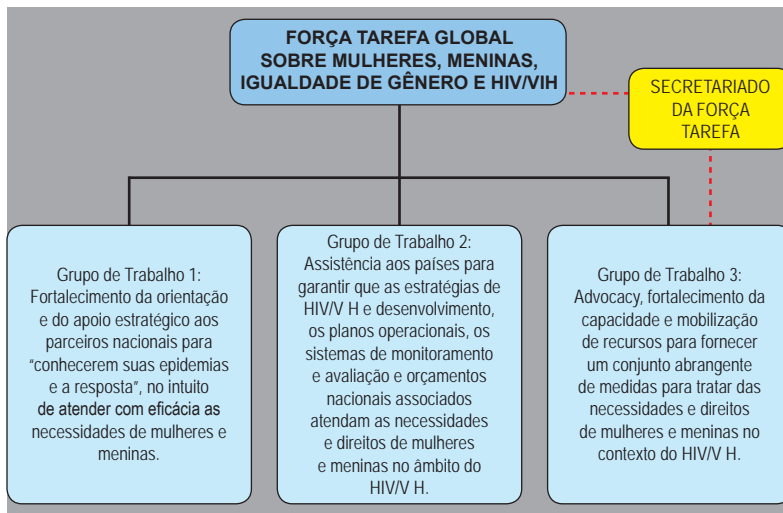
1. Fortalecimento da orientação e do apoio estratégico aos parceiros nacionais para “conhecerem suas epidemias e a resposta”, no intuito de atender com eficácia as necessidades de mulheres e meninas.

2. Assistência aos países para garantir que as estratégias de HIV/VIH e desenvolvimento, os planos operacionais, os sistemas de monitoramento e avaliação e orçamentos nacionais associados atendam as necessidades e direitos de mulheres e meninas no âmbito do HIV/VIH.
3. Advocacy, fortalecimento da capacidade e mobilização de recursos para fornecer um conjunto abrangente de medidas para tratar das necessidades e direitos de mulheres e meninas no contexto do HIV/VIH.

Um processo com prazo reduzido para resultados

A Força Tarefa Global e seus Grupos de Trabalho trabalharão no sentido de operacionalizar a *Matriz de Resultados do UNAIDS/ONUSIDA Focalizando de Mulheres, Meninas, Igualdade de Gênero e HIV/VIH* dentro de um período de 30 dias, conforme compromisso assumido pelo Diretor Executivo da UNAIDS/SIDA/ONUSIDA junto ao Conselho Coordenador do Programa.

Mais de 30 governos e organizações participam do processo (ver Anexo 1). Os membros da Força Tarefa Global possuem perícia e experiência excepcionais na área de mulheres, meninas e AIDS/SIDA, especialmente em âmbito local. Os membros são líderes institucionais de alto nível que podem falar em nome de suas organizações ou movimentos, e representam organizações de mulheres, redes de pessoas vivendo com HIV/VIH, outras organizações da sociedade civil, o setor do governo, a academia e agências das Nações Unidas. A Força Tarefa será informada por meio do trabalho realizado pelos três Grupos de Trabalho, cujos membros foram identificados por meio de uma chamada aberta de nomeação. Cada grupo de trabalho se concentrará em uma das áreas de ação mencionadas acima e preparará por conseguinte um projeto de plano de ação.



O Grupo de Trabalho 1 desenvolverá um plano de ação para fortalecer o apoio das Nações Unidas a países na coleta e uso de dados qualitativos relevantes desagregados por sexo e idade e outros dados para construir a base do conhecimento para a ação de programação, para facilitar a análise de gênero, para integrar as lições aprendidas de experiências anteriores e para assistir os países no uso dessas evidências para informar programas a mulheres e meninas.

O Grupo de Trabalho 2 desenvolverá um plano de ação para assistir os países a enfocar mulheres e meninas em suas estratégias nacionais de aids/SIDA e planos e processos de desenvolvimento e na tradução desses em planos operacionais e programas. Isto incluirá também a vinculação eficaz de iniciativas internacionais nas respostas nacionais para alcançar melhores resultados em HIV/VIH, saúde, direitos humanos e desenvolvimento para mulheres e meninas.

O Grupo de Trabalho 3 desenvolverá um plano de ação para promover advocacy em âmbito global, regional e local para ajudar a traduzir os compromissos de políticas sobre mulheres, meninas e igualdade de gênero em programas completamente financiados com o apoio total do sistema das Nações Unidas. O plano enfocará também a construção de capacidades e a mobilização de recursos necessários.

Recomendações para uma mudança positiva

A Força Tarefa se reunirá uma vez em 2009 para revisar o Plano Operacional sintetizado e baseado nos resultados dos três Grupos de Trabalho. Este Plano Operacional deverá conter recomendações acionáveis e estratégicas as quais não somente orientarão o trabalho dos Co-Patrocinadores do UNAIDS/ONUSIDA, do Secretariado e do UNIFEM, mas também inspirarão os parceiros para uma ação acelerada em âmbitos nacional, regional e global.

Após seguir a “Ação Conjunta para Resultados do UNAIDS/ONUSIDA Matriz de Resultados do UNAIDS/ONUSIDA”, as recomendações específicas poderiam focar em:

- Enfrentar as discrepâncias específicas na resposta à epidemia, bem como constrangimentos sociais, políticos e estruturais, e providenciar resultados;
- Utilizar as oportunidades para vincular ações específicas e agendas mais amplas para alcançar os ODMs;
- Garantir maior clareza sobre a relação entre necessidades, financiamento, atividades e resultados; e
- Envolver parceiros em todos os níveis da resposta, particularmente as comunidades e a sociedade civil.

Eventos-chave no processo da Força Tarefa Global

